



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 340/2013 (Autoria do Deputado Rasca Rodrigues)

Inserção do Encontro Internacional de Motociclistas de
Paranaguá Paranaguá motos no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Encontro Internacional de Motociclistas de Paranaguá Paranaguá motos, a ser realizado anualmente no primeiro final de semana do mês de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2014.

Alexandre Curt
Presidente

Relator

Prof. Vitor

Rasca Rodrigues



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 133/2014
(Autoria do Deputado Reinhold Stephanes Junior)


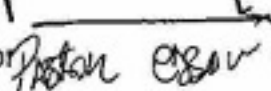
Denominação de Rodovia que liga os Municípios de Imbaú e Reserva.

Art. 1º Denomina Antônio Eduardo de Brito o trecho da Rodovia PR-160 que liga os Municípios de Imbaú e Reserva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2014.


Alexandre Cunha
Presidente


Relator 


Reinhold Stephanes Junior


Paulo Leão


Paulo Leão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 183/2014
(Autoria dos Deputados Francisco Bühner e Valdir Rossoni)

Concessão do Título de Capital
Estadual do Pneu ao Município
de Fazenda Rio Grande.

Art. 1º Concede ao Município de Fazenda Rio Grande o
Título de Capital Estadual do Pneu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 381/2014 (Autoria do Poder Executivo)

Autorização ao Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

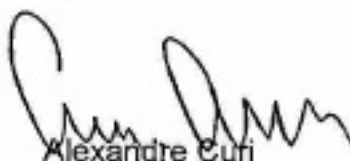
Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, de porção de terreno correspondente a 628,81 m², do imóvel localizado na Rua Professora Amazília, 747, no Município de União da Vitória, que integra área maior de 2.889,20 m², conforme Transcrição das Transmissões nº 35.500 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.


Art. 2º O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, à construção e funcionamento da Unidade Regional do Emater no citado Município, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

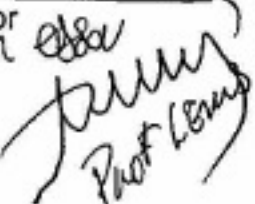
Art. 3º O Cessionário deverá iniciar as obras de construção dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática desta cessão de uso.


Art. 4º A presente cessão de uso terá vigência de 25 (vinte e cinco) anos.


Sala das Comissões, 29 de outubro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Paulo Sérgio


Paulo Sérgio


Paulo Sérgio



DEP. Anibelli Neto
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.

Fls. 02



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 AGO, 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 664/2011

Súmula: Estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Art. 1º A presente Lei estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Art. 2º Os consumidores dos produtos de que trata o artigo 1º desta Lei deverão efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra.

Art. 3º Os comerciantes e distribuidores dos produtos de que trata o artigo 1º desta Lei ficam obrigados a realizar a coleta das embalagens e efetuar seu encaminhamento aos fabricantes ou importadores dos produtos por ele adquiridos.

Parágrafo único. Caso seja autorizado pelo Poder Executivo em regulamento, a devolução poderá ser intermediada por postos ou centros de recolhimento.

Art. 4º As empresas fabricantes dos produtos de que trata o artigo 1º desta Lei são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados, após a devolução pelos comerciantes ou distribuidores, bem como pela destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou destruição, conforme determinação dos órgãos ambientais competentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



§1º Quando se tratar de produto importado, a pessoa física ou jurídica responsável pela sua importação assumirá a responsabilidade de que trata o caput deste artigo.

§2º Os fabricantes e importadores ficam proibidos de cobrar dos comerciantes ou distribuidores qualquer valor referente à destinação final das embalagens dos produtos de que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 5º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, a aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de até 10.000 (dez mil) UFIRs, aplicável em dobro em caso de reincidência;

III - suspensão de autorização, registro ou licença estadual;

IV - cancelamento de autorização, registro ou licença estadual;

Art. 6º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para garantir seu fiel cumprimento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação das empresas em questão.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa obrigar a devolução e instituir a destinação final das embalagens vazias dos produtos químicos e biológicos de uso veterinário, visando garantir o fiel cumprimento da legislação ambiental, bem como propiciar a sua evolução e sua adequação à realidade paranaense.

Tal sistema funciona da seguinte maneira: o consumidor fica obrigado a devolver a embalagem ao comerciante ou distribuidor que lhe forneceu o produto, que por sua vez deve encaminhar à empresa fabricante, que se responsabiliza pela destinação final das embalagens, seja ela por reutilização, reciclagem ou destruição adequada.

Já existe legislação federal nos mesmos moldes, que trata da destinação final de embalagens de agrotóxicos, mas os produtos químicos e biológicos de uso veterinário não possuem regulamentação satisfatória até o presente momento. Ocorre que a maioria desses produtos são tão poluidores quanto os agrotóxicos, ou muitas vezes possuem um potencial poluidor ainda maior e acabam sendo destinados à natureza de forma inadequada, sem o devido tratamento que lhe seria necessário para evitar a contaminação ambiental difusa.

O Projeto apresentado cria uma norma de proteção ambiental extremamente importante, evitando que produtos que agredem a natureza sejam despejados sem nenhum cuidado no solo ou nas águas, deixando de causar um severo dano ambiental. Impõe-se, assim, a todos aqueles os que utilizam tais produtos, a responsabilidade solidária pela destinação final adequada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D. L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

Fls. 05



No que tange à legitimidade para apresentar o presente Projeto encontramos respaldo no artigo 24 da Constituição Federal que, nos mesmos termos do artigo 13 da Constituição Estadual, estabelece a competência concorrente dos Estados para legislar sobre a conservação da natureza e proteção do meio ambiente:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Cabe ainda ressaltar que o presente Projeto foi remetido à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB para análise e recebeu parecer favorável à sua adoção, conforme cópia em anexo.:

Diante do exposto, certo da importância do presente projeto para proteger a qualidade do solo, do ar e das águas, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 664/2011

Projeto de Lei nº. 664/2011
Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

EMENTA: ART. 24 DA CF. ART. 33 LEI FEDERAL 10.305/2010. ARTS. 66 E 87 DA CE. LC 95/98. ILEGALIDADE. APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibelli Neto tem por objetivo estabelecer regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins. Determina que os consumidores de tais produtos deverão efetuar a devolução de suas embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, que por sua vez ficam obrigados a realizar sua coleta e encaminhar aos fabricantes ou importadores dos produtos, que serão responsáveis pela sua destinação final.

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento exarou Parecer favorável à implantação de tal Projeto, indicando alguns ajustes com o objetivo de aperfeiçoá-lo e sugerindo a oitiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do IAP para aprimorar a iniciativa. Esta Comissão realizou a baixa em diligência para os referidos órgãos e agora, com a resposta da referida diligência, voltamos a analisar o assunto.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 26/06/12

Travassos

[Assinatura]

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Ao analisar o assunto, o Parecer nº 209/2012/PROJU elaborado pela assessoria técnica jurídica do Instituto Ambiental do Paraná afirma:

"competê à União estabelecer normas gerais, podendo os Estados, na ausência de lei federal estabelecer normas gerais para atender suas peculiaridades. Entretanto, a superveniência de lei federal sobre normas gerais editadas pelos Estados suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrária – artigo 24, §1º, 3º e §4º da Constituição Federal. Desta feita, entendemos que o projeto de lei ora em análise resta prejudicado."

Informa ainda que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária criou um Grupo de Trabalho Temático – GTT de Medicamentos, do qual o IAP participa, com a finalidade de executar um projeto piloto para atender a proposta de logística reversa para resíduos de medicamentos no nosso Estado, visando dar cumprimento à Lei Federal 10.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). A proposta de tal projeto é contemplar, também, a destinação dos resíduos de medicamentos veterinários, de acordo com o porte de suas embalagens.

Acreditamos na importância da implantação de tal projeto piloto para a prevenção da contaminação de pessoas e do meio ambiente, garantindo uma redução da poluição ocasionada pelas embalagens de produtos potencialmente perigosos, dentre eles os de uso veterinário, mas não entendemos que a criação de tal grupo ocasione em óbice ao prosseguimento do Projeto em tela. Isso porque, ao contrário do disposto no Parecer do IAP, tal Proposição não contraria em nenhum momento o disposto na Lei Federal 10.305/2010, que trata da Política de Resíduos Sólidos, sendo que a inclusão do tratamento especial às embalagens de produtos de uso veterinário no projeto piloto não se dá por obrigação legal.

Para melhor entender a questão, devemos observar o disposto no artigo 24 da Constituição Federal que, nos mesmos termos do artigo 13 da Constituição



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estadual, estabelece a competência concorrente do Estado para legislar sobre produção e consumo, a conservação da natureza e proteção do meio ambiente.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (grifos nossos)

No caso da Proposição ora apresentada, o parlamentar está exercendo a competência prevista no parágrafo 2º do artigo supracitado, pois a União estabeleceu uma norma geral sobre o assunto (Lei Federal 10.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos), enquanto o legislador estadual pretende legislar de forma suplementar, complementando a Legislação Federal que, apesar de estabelecer um extenso conjunto de regras a serem seguidas para o tratamento dos resíduos sólidos, em nenhum momento estabelece regras específicas direcionadas ao tratamento dos produtos veterinários. No âmbito da União, existe a Lei 7.802/1989 que, apesar de ter sido promulgada anteriormente à Política de Resíduos Sólidos a complementa, uma vez que dispõe sobre o sistema de logística reversa para o uso de agrotóxicos.

No mesmo sentido, cabe observar que o Estado do Paraná já conta com legislação que visa complementar a Lei Federal, uma vez que a Lei Estadual 12.493/1999 estabelece regras a serem observadas por resíduos sólidos no Estado.

Numa análise mais profunda da Lei Federal 10.305/2010, constatamos que em vários pontos ela prevê a criação de um Plano Estadual de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Resíduos Sólidos, inclusive como condição indispensável para o Estado obter acesso a recursos da União ou por ela controlados.

Importante, ainda, observar-se o artigo 33 da própria Lei 10.305/2010, que estabelece taxativamente os casos em que é obrigatória a adoção do sistema de logística reversa:

Art. 33 São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II – pilhas e baterias;
- III – pneus;
- IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e luz mista;
- VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

O Projeto de Lei em tela é mais abrangente que a Lei Federal, dando um maior alcance às normas de defesa ambiental, mas em nenhum momento dispendo de forma contrária a qualquer dispositivo a ela pertencente. Vem justamente no sentido de complementar tanto a Lei Federal como a Estadual, mas em nenhum momento as contrariando.

Por fim, cabe observar que a Proposição em análise não encontra óbice nos artigos 66 e 87 da Constituição Estadual, que elencam os casos de competência privativa do Governador do Estado, mas esbarra na Lei Complementar 95/1998, que dispõe sobre as técnicas de elaboração legislativa, ao estabelecer, em seu artigo 5º, II, multa estipulada em UFIRs em caso de infração à Lei, unidade de referência já extinta pelo Governo Federal.

Para sanar tal vício, propomos uma Emenda Modificativa com o objetivo de alterar a unidade de referência, mantendo um valor aproximado, mas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



adotando a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná (UPF/PR), que atualmente tem seu valor equivalente a R\$ 67,89.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista a **LEGALIDADE** apresentada pelo Projeto de Lei em análise, opinamos pela sua **APROVAÇÃO** na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 03 de ^{Julho} junho de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO

03/07/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 664/2011

Súmula: Estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §4º e 141, II do Regimento Interno desta Casa, fica modificado o inciso "II" do artigo 5º do Projeto de Lei nº 664/2011, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 5º (...)

I – (...)

II – multa de até 150 (cento e cinquenta) UPF/PR, aplicável em dobro em caso de reincidência.

III – (...)

IV – (...)

Salá das Comissões, 03 de ^{Julho} Junho de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO

03/07/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 664/2011

Projeto de Lei nº 664/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, visa estabelecer regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em consonância ao disposto no **artigo 33-K, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – K. Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.
(grifo nosso)

O Projeto de Lei em exame recebeu parecer favorável na forma da Emenda Modificativa na douta Comissão de Constituição e Justiça em 03 de julho de 2012.

Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se na proposição apresentada que o autor almeja obrigar a devolução e instituir a destinação final das embalagens vazias dos produtos químicos e biológicos de uso veterinário, visando garantir o fiel cumprimento da legislação ambiental, bem como propiciar a sua evolução e sua adequação à realidade do nosso Estado.

Visa ainda a presente proposição criar uma norma de proteção ambiental para evitar que produtos que agredem a natureza sejam despejados sem nenhum cuidado no solo ou nas águas, o que ocasiona um enorme dano ambiental, e com a presente legislação irá propiciar aos usuários de tais produtos uma responsabilidade solidária pela destinação final adequada.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa estabelecer regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

Sala das Comissões em, 02 de julho de 2014.

DEPUTADO CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR

Dep. Maria Leime

Dep. Champion

Dep. Jones

Dep. Rosa

Dep. Walter



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 664/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto.

Relator: Deputado Jonas Guimarães.

Súmula: Estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário seus componentes e afins.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 664/2011, de autoria do Deputado Anibelli Neto, estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário seus componentes e afins.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

Em relação à tramitação do PL nesta casa legislativa, uma vez lido em expediente e autuado foi encaminhada para Comissão de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



Constituição e Justiça e Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, nos termos regimentais, comissões essas que exararam pareceres favoráveis.

FUNDAMENTAÇÃO

O principal motivo para darmos a destinação final correta para as embalagens vazias dos agrotóxicos é diminuir o risco para a saúde das pessoas e de contaminação do meio ambiente.

Durante vários anos, o Governo vem trabalhando em conjunto com a iniciativa privada num programa nacional para o destino final das embalagens, e hoje sabemos que os principais ensinamentos sobre o tema abordado têm surgido através de iniciativas da indústria e da participação voluntária de diversos segmentos da sociedade.

As parcerias estabelecidas e os convênios firmados com empresas e entidades permitiram a implantação de diversas centrais de recebimento de embalagens no Brasil, que hoje ajudam a reduzir o número de embalagens abandonadas na lavoura, estradas e às margens de mananciais d'água.

Atualmente o Brasil já recicla de forma controlada 20% das embalagens plásticas monocamadas (PEAD) que são comercializadas.



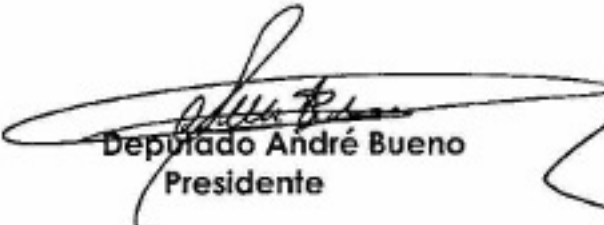
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa

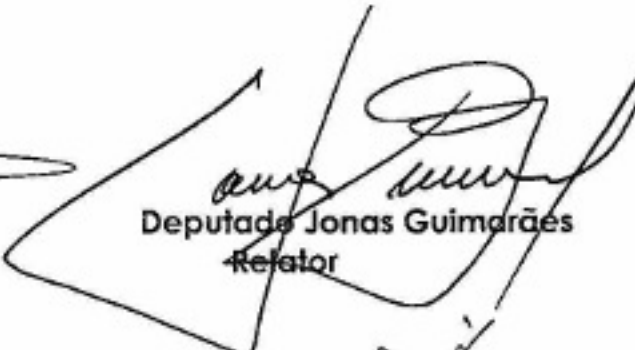


CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio
opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 664/2014, de autoria do
Deputado Anibelli Neto.

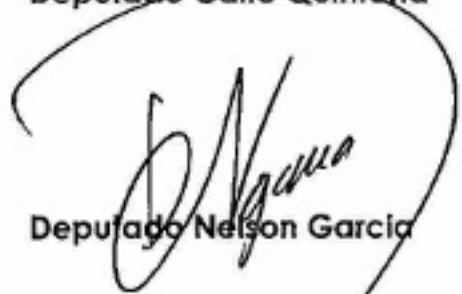
Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.



Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Jonas Guimarães
Relator

Deputado Caio Quintana

Deputado Dúlio Genari


Deputado Nelson Garcia


Deputado Toninho Wandscheer


Wilson Quintana





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 333/14

Súmula: Revoga a Lei nº 17.812, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Iporã.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º Revoga a Lei nº 17.812, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Iporã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MENSAGEM
Nº 070/2014

Curitiba, 11 de julho de 2014.



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 15 JUL. 2014

[Assinatura]
1º Secretário

I- Protocole-se
II- À Diretoria Geral com vista à
Diretoria de Pessoal
Em, 14/07/2014
[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva revogar a Lei nº 17.812, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Iporã.

Na informação contida no processo protocolado nº 13.124.465-7 (Ofício nº 105/2014/GP-Prefeitura de Iporã), resta evidente, a teor da manifestação do Município, que os motivos que ensejaram a doação não mais subsistem, tampouco há interesse em dar alguma destinação de interesse público ao imóvel e, sendo assim, proponho a revogação da referida lei através do anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/CTL/Prot. 13.124.465-7

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida [voltar](#)

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17812 - 13 de Dezembro de 2013

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 9107 de 16 de Dezembro de 2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Iporã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Iporã, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Katsuo Nakata, Lote nº 08 da Quadra nº 11, com área de 675,00 m², no local denominado Gleba Atlântida naquele Município, Matrícula sob nº 4.081 do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para instalação de serviços públicos municipais.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no caput do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Dinorah Botto Portugal Nogara
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 333/2014

Projeto de Lei nº 333/2014

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 070/2014

Súmula: Revoga a Lei nº. 17.812, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Iporã.

EMENTA: LEI Nº 17.812, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013. REVOGAÇÃO. POSSIBILIDADE. ARTS. 65, 66, INC. IV E 87, INC. VI DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo revogar a Lei nº 17.812, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município Iporã, imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Rua Katsuo Nakata, Lote nº 08 da Quadra nº 11, com área de 675,00 m², no local denominado Gleba Atlântida naquele Município, Matrícula sob nº 4.081 do Registro de Imóveis da Comarca de Iporã.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a
Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A **Constituição do Estado do Paraná** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre os servidores públicos, especialmente, provimento de cargos nos termos dos artigos 66, inciso II e 87, inciso VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

(grifo nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



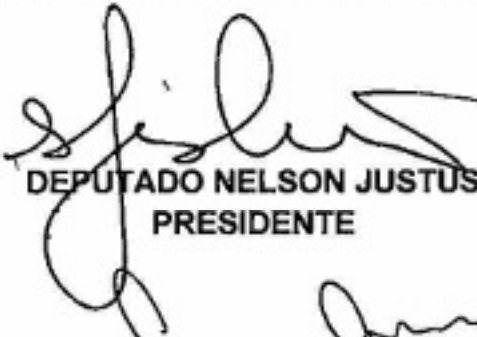
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

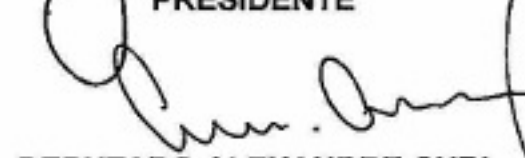
Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURTI
RELATOR

APROVADO

21/10/2014



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 333/2014

Projeto de Lei nº 333/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 070/2014

Súmula: Revoga a Lei nº 17.812, de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Iporã.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 333/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 070/2014**, revoga a Lei Estadual nº 17.812 de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Iporã. O imóvel a que se refere, localiza-se na Rua Katsuo Nakata, Lote nº 08 da Quadra nº 11, com área de 675,00 m², no local denominado Gleba Atlântida naquele Município, sendo que fora doado pelo Estado do Paraná para a possível instalação de serviços públicos municipais, o que não irá ocorrer conforme manifestação apresentada em Ofício nº 105/2014/GP da Prefeitura Municipal de Iporã.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 333/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o Projeto de Lei objetiva beneficiar o Estado do Paraná, com a revogação da Lei nº 17.812 de 13 de dezembro de 2013, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Iporã, imóvel este que poderá ser utilizado pelo Estado do Paraná para outros fins que beneficiem toda a população. Haja vista que o Município de Iporã já não apresenta mais a necessidade de utilização deste imóvel. A revogação desta Lei, cumprindo o prazo de inalienabilidade estabelecido, permite que esta área possa ser utilizada para outros fins específicos e atender até mesmo as demandas apresentadas



pelo próprio Município de Iporã, em relação às ações de cunho Estadual. Esta alteração fortalecerá de forma direta o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado, atendendo de forma direta um pedido apresentado pelo próprio Município, vindo de encontro ao interesse de toda a população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 333/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 070/2014 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita o Ofício nº 105/2014/GP da Prefeitura Municipal de Iporã e a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel foi doado ao Município de Iporã pela Lei Estadual nº 17.812 de 2013 e está retornando ao Patrimônio do Estado, conforme determinado em cláusula de inalienabilidade, que delimita sua utilização sempre respeitando o interesse público e a necessidade regional. Com a revogação desta Lei, este imóvel poderá ser utilizado em benefício de todos, pelo próprio Poder Executivo Estadual.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná):

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 333/2014, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse manifestado pelo próprio Município, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição apenas obedece uma vontade apresentada pelo próprio Município de Iporã, merecendo assim total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 333/2014, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 27 de outubro de 2014.

FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão

TERUO KATO
Relator

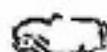
Tercílio Turini

Pastor Edson Praczyk

Elton Welter

Adelino Ribeiro

002



PROJETO DE LEI

396/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Primeiro de Maio.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Primeiro de Maio, do imóvel localizado na Rua Vinte e Quatro, s/nº, no Município de Primeiro de Maio, constituído pelo Lote B, com 668,00 m², na Quadra 49, com edificação, propriedade do Estado do Paraná, conforme a Matrícula nº 5.527, do Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Art. 2º O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, para implementação de projetos para geração de emprego e renda, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de cinco anos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

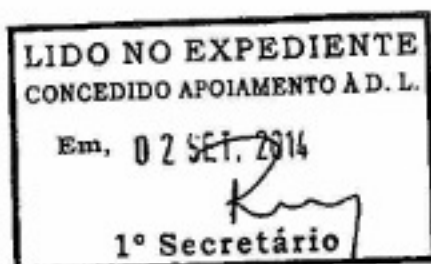
Nº 078 /2014

Curitiba, 29 de agosto de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 02 SET. 2014

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Primeiro de Maio, do imóvel localizado na Rua Vinte e Quatro, s/nº, no Município de Primeiro de Maio, constituído pelo Lote B, com 668,00 m², na Quadra 49, com edificação, propriedade do Estado do Paraná, conforme a Matrícula nº 5.527, do Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, para a implementação de projetos para geração de emprego e renda, retornando ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa daquela prevista.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que a cessão de uso terá vigência de cinco anos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.190.977-2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 396/2014

Projeto de Lei nº 396/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 78/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Primeiro de Maio.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 78/2014, visa efetuar a cessão de uso ao Município de Primeiro de Maio, do imóvel sob Matrícula nº 5.527, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio, constituído pela área de 668,00 m², de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2014.

NELSON JUSTUS
Presidente

Relator

ALGANDAC CURI

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

17/10/14 R/



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/2014

Projeto de Lei nº 396/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 078/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Primeiro de Maio.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 396/2014 de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 078/2014, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao do imóvel que especifica ao Município de Primeiro de Maio, do imóvel localizado na Rua Vinte e Quatro, s/nº, constituído pelo Lote B, com 668,00 m², na Quadra 49, com edificação, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Matrícula nº 5.527, do Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 396/2014, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Primeiro de Maio, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente ao serviço público municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para a implementação de projetos para geração de emprego e renda no Município, uma ação que fortalecerá de forma direta a atenção básica e o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade social já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado de forma pública e específica.

Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com a cessão de uso de um imóvel que priorizará de forma direta o investimento social e a geração de empregos em Primeiro de Maio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turina;
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 396/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 078/2014 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo para a execução de projetos sociais, de geração de emprego e renda no Município de Primeiro de Maio, obedecendo um prazo estabelecido dentro do período de cinco anos, de forma específica e devidamente justificada, implicando na revogação automática da cessão de uso deste imóvel, em caso do descumprimento da presente determinação.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios, em razão, ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná),



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



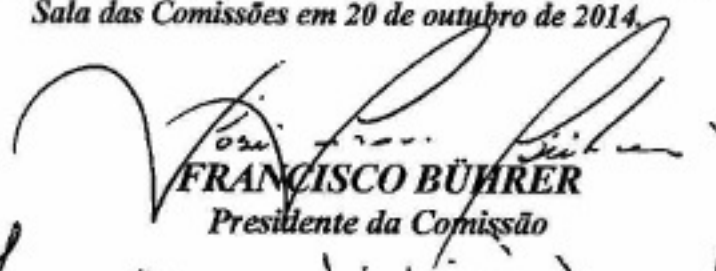
A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 396/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, permitindo desta forma a execução de ações em favorecimento ao Município de Primeiro de Maio, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Primeiro de Maio e região, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 396/2014**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 20 de outubro de 2014.*


FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão

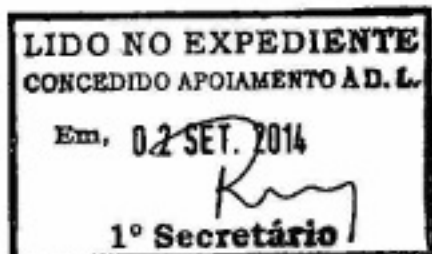

TERCÍLIO TURINI
Relator


Adelino Ribeiro


Pastor Edson Praczyk



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



Projeto de Lei Nº

398/14

Dispõe sobre o exercício do ofício de
leiloeiro no Estado do Paraná.

Art. 1º - Compete a Junta Comercial do Paraná a matrícula dos leiloeiros públicos oficiais, bem como a fiscalização da atividade, prévia e posterior aos leilões, nos termos da legislação federal, das normas contidas no presente decreto, bem como nos termos das normas editadas pela Junta Comercial.

Parágrafo Único – O leiloeiro poderá explorar a atividade por si individualmente ou por firma individual (CNAE 8299-7/04)

Art. 2º - Os órgãos, diretos ou indiretos da Administração Pública do Estado do Paraná, da União, das Prefeituras Municipais, caso não tenham realizado procedimento licitatório para escolha de leiloeiro, poderão solicitar ao sorteio organizado pela Junta Comercial do Paraná mediante sistema randômico (aleatório) para a designação de leiloeiro oficial devidamente habilitado, conforme relação criteriosamente controlada e fiscalizada pela JUCEPAR mediante sistema sob responsabilidade desta autarquia.

§ 1º - Todos os leilões realizados no interesse do Estado do Paraná, seja por seus órgãos, autarquias, empresas públicas, parceria público-privada, sociedade de economia mista, execuções fiscais, deverá o leiloeiro possuir depósito bancário em instituição financeira de no mínimo dois mil salários mínimos do Estado do Paraná para que seja nomeado ou incluído em sorteio randômico para realização do ato, com no mínimo 90 dias a vencer, sendo certo que não se admitirá fiança bancária ou aval de terceiro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



§ 2º. Caso desejado pelas Varas do Poder Judiciário, em situações que não tenha sido nomeado o leiloeiro pelos exequentes, ou que o juízo não realize a nomeação de profissional de sua confiança, o mesmo sistema de sorteio disposto no *caput* deste artigo poderá ser utilizado em favor do Poder Judiciário para sorteio do leiloeiro a ser designado para prática do ato.

Art. 3º - Aos leiloeiros públicos oficiais, ou de suas firmas individuais, é obrigatória a emissão da nota de venda em leilão na modalidade eletrônica para toda arrematação, inclusive para bens imóveis, obras de arte, de comitentes pessoas físicas ou de bens intangíveis, no prazo de 10 dias,. No caso de leilões judiciais, a obrigação acessória será exigida somente com o trânsito em julgado da decisão judicial que homologar o leilão, independente do recolhimento do preço ou do recebimento da comissão.

§ 1º - A nota de venda em leilão eletrônica discriminará o valor da comissão do leiloeiro ou da firma individual, de no mínimo 5% sobre o valor da arrematação (ou aquela arbitrada pelo juiz), paga pelo arrematante; assim como a taxa de leilão, cobrada exclusivamente do comitente vendedor, além de relação dos bens arrematados, com os respectivos valores de arrematação, identificando os arrematantes se pessoa física (nome, RG, CPF, endereço e telefone, e-mail), ou pessoa jurídica (Razão social, endereço, inscrição estadual ou municipal, CNPJ, telefone, e-mail, e dados do representante legal ou procurador), comitente vendedor (número dos autos e do juízo em caso de leilão judicial).

§ 2º - A nota de venda em leilão eletrônica a ser emitida, embora deva destacar o ICMS, será de prestação de serviços de comissão de leiloeiro.

Art. 4º - Conforme previsto em legislação federal, caberá ao leiloeiro prestar caução. Nos termos do art. 28, § 2º, da Instrução Normativa nº 17, do DREI, define-se que a caução dos leiloeiros deverá ser obrigatoriamente em dinheiro, no valor equivalente a 100 (cem) vezes ao maior salário mínimo vigente no Estado do Paraná, cujo montante deverá ser depositado em conta-poupança vinculada a JUCEPAR, devendo ser



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



atualizado em caso de majoração do valor exigido, conforme atualizações do salário mínimo realizadas pelo governo estadual.

§ 1º - A caução deverá ser prévia à nomeação, compondo documentos para pedido de matrícula, e em caso de indeferimento do pedido, cujo prazo máximo é de 60 dias, poderá ser levantada pelo requerente.

§ 2º - O valor da caução dos leiloeiro já matriculados deverá ser complementado em seu valor nominal, a fim de que o seu montante atenda às finalidades legais de garantia.

Art. 5º - São obrigações dos Leiloeiros, sob pena de suspensão até regularização:

I – Anualmente submeter a registro e autenticação, pagando as taxas impostas pela Junta Comercial, os seguintes livros mercantis ou de fiscalização digitados, sob pena de suspensão da matrícula, ficando o leiloeiro, até a regularização, impedido de exercer a atividade:

- a) diário de entrada;
- b) diário de saída;
- c) contas correntes;
- d) protocolo;
- e) diário de leilões;
- f) livro-talão, composta de notas fiscais de venda

II – Antes da realização de todo e qualquer leilão, inclusive os judiciais, informar data, local e hora de início e encerramento, com a relação de todos os bens (móveis e imóveis) a serem ofertados possibilitando a fiscalização, por protocolo eletrônico na JUCEPAR, num prazo não inferior a 2 dias.

III – Após a realização do leilão, no prazo máximo de 10 dias, informar à junta comercial, através da transmissão eletrônica:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



a) Lotes ofertados, vendidos e retirados de leilão, de venda direta, em caráter condicional, e os leilões judiciais em que incidiram embargos à arrematação.

b) Prova de ofício às Secretarias da Receita Federal, Estadual ou Distrital, e Municipal, de todos os bens vendidos. Mesmo que não homologadas ou em caráter condicional, inclusive judiciais, independente de terem sido realizados por ordem da Justiça Estadual, Federal ou do Trabalho.

§ 1º - Deverão ser oficiadas as secretarias estaduais do Estado do Paraná e da Unidade da Federação do local em que se encontravam os bens móveis.

§ 2º - Deverá ser oficiada a secretaria municipal da localização dos bens imóveis.

§ 3º - Deverá ser oficiada a Secretaria de Segurança Pública no caso de venda de veículos.

Art. 6º - Toda reclamação de licitante deverá ser formalizada diretamente ao leiloeiro publico oficial no prazo máximo de 10 dias após a realização do respectivo leilão, tendo o leiloeiro o prazo de 10 dias para responder, contados da data do protocolo da reclamação, prazo esse que fica suspenso caso suscite dúvida, noticiando ao reclamante tal procedimento vinculado.

Parágrafo Único. Compete a Junta Comercial do Paraná a apreciação da Suscitação de Dúvida protocolizada por leiloeiro publico oficial para deliberação em plenário de vogais.

Art. 7º - Todos os leilões realizados por leiloeiro público oficial, serão precedidos de edital, e em se tratando de comitentes os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado do Paraná, que conterà, obrigatoriamente:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



I - a autorização competente e a descrição dos bens, com as suas características, devendo, em caso de bens imóveis, conter metragens e confrontantes, de acordo com os dados disponíveis;

II - o valor dos bens, constante do laudo de avaliação prévia;

III - o local, o dia e a hora em que se realizará;

IV - a menção da inexistência ou existência de ônus que recaiam sobre os bens e, se for o caso, a circunstância de se encontrar o imóvel na posse de terceiros, inclusive no que se refere a contratos de locação, comodato ou outros em vigor;

V - a obrigatoriedade de o arrematante se responsabilizar, integralmente, pela reivindicação da posse do imóvel, e nada alegar perante ao Estado, em decorrência de eventual demora na desocupação;

VI - a ressalva de que se os bens não alcançarem lance igual ou superior à importância da avaliação, seguir-se-á novo leilão público, em dia e hora desde logo designados, no mesmo dia ou até vinte dias seguintes; admitido lance inicial, nessa hipótese, com deságio definido em edital, de no máximo 20%, assim como as condições de parcelamento e prazo máximo para quitação, ficando os bens imóveis hipotecados ao Estado do Paraná até a quitação de eventual parcelamento.

VII - a comissão do leiloeiro a ser paga pelo arrematante, respeitados os percentuais previstos em normas federais;

VIII - os encargos legais e fiscais, de responsabilidade do arrematante, e, no caso de aforamento, o foro;

IX - as hipóteses de preferência;

X - as sanções cominadas ao arrematante, na hipótese de desistência ou de não complementação do valor do lance;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



XI - a possibilidade de revogação do lance vencedor, na hipótese de desistência da preferência exercida; e

XII - qualquer outra informação específica, julgada, em cada caso, necessária ao conhecimento dos licitantes.

§ 1º O edital será afixado no próprio imóvel, em local de fácil visualização e de fácil acesso aos interessados, devendo ser publicado, resumidamente:

§ 2º - pelo menos uma vez, no Diário Oficial, com a antecedência de, no mínimo, trinta dias antes da data do leilão público; providenciada pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná e

§ 3º - por duas vezes em jornal de ampla circulação local, preferencialmente na seção reservada aos negócios imobiliários no caso de bens imóveis, de veículos automotores e embarcações no caso de renovação de frota ou venda de veículos apreendidos, devendo a primeira publicação anteceder em, pelo menos, trinta dias a data designada para o leilão público e a segunda ocorrer em um dos três últimos dias a ele anteriores, providenciadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná

§ 4º Considerando o valor dos bens, os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná poderão repetir a publicação do edital e que o leilão seja divulgado por emissora de rádio ou qualquer outro meio que assegure a eficiente publicidade do leilão público.

XIII - O laudo de avaliação, a que se refere o inciso II deste artigo, será elaborado pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná ou, mediante convênio, por entidade ou outro órgão público ou, ainda, mediante licitação, por empresa privada especializada ou, ainda, pelo leiloeiro público oficial mediante remuneração convencionada, tudo independente da comissão ou taxa de leilão e performance.

XIV - Compete ao Leiloeiro: receber o sinal ou o produto da alienação, mediante cheques nominativos ao Estado do Paraná no ato do leilão. Em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



caso de parcelamento do valor, caberá ao arrematante pagar as parcelas diretamente ao Estado do Paraná, nos termos prevista no edital de leilão.

XV - prestar contas, até 5º dia útil seguinte ao leilão referido no inciso precedente.

Art. 8º - A atividade de leiloeiro trata de atividade de exercício pessoal do profissional habilitado perante a Junta Comercial em que estiver matriculado; portanto, resta expressamente vedada a utilização de qualquer marca comercial, inclusive logomarca, sigla ou nome fantasia para tal atividade, sendo obrigatória a denominação do leiloeiro com a utilização de seu nome e / ou sobrenomes, por extenso ou abreviadamente, inclusive em sítio de internet.

I - fica vedada a constituição de sociedades de fato entre leiloeiros, caracterizando-se pela conduta reiterada de associação, motivo para a inabilitação dos envolvidos.

II - fica vedada a matrícula ou habilitação de leiloeiro com inscrição de leiloeiro ou partícipe de sociedade em Junta Comercial de outra unidade da federação.

Art. 9º - Em atendimento à disciplina do art. 5º, do Decreto 21.981/32, fixa-se o número limite de leiloeiros para o Estado do Paraná na proporção máxima de 1 (um) leiloeiro para cada 400 (quatrocentos) mil eleitores existentes no Estado do Paraná, devendo tal limitação estar vinculada aos dados divulgados pelo TRE-PR.

Art. 10 - A JUCEPAR cancelará as matrículas de leiloeiros que:

- I - Requererem o cancelamento;
- II - Licenciarem-se por mais de dois anos;
- III - For determinado por decisão judicial;
- IV - Não comprovarem a realização de pelo menos 5 (cinco) leilões anuais em diferentes datas;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



V - Não habilitarem-se no ano anterior;

VI - Não atualizarem a caução em dinheiro, ou não comprovem a renovação da fiança bancária ou seguro-garantia, não admitindo-se interstício para renovação;

VII - Estiverem matriculados como leiloeiros em outra Junta Comercial.

Art. 11 – Ficam todos os leiloeiros obrigados a disponibilizarem sítio eletrônico na internet em nome próprio com transmissão em tempo real dos leilões (para as modalidades on-line e concomitante presencial/on-line), requisito essencial para novas matrículas.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de setembro de 2014.

NELSON JUSTUS
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
DEPUTADO NELSON JUSTUS



JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de normatização das atividades dos leiloeiros públicos oficiais matriculados na Junta Comercial do Paraná, e a consequente garantia ao erário público dos bens públicos confiados a venda, em CONSONANCIA com a legislação federal e atos normativos do DNRC - Departamento Nacional de Registro de Comércio, Convênio ICMS nº 8/05, publicado no DOU de 05/04/2005, e RICMS-PR, e de disciplinar, uniformizar e modernizar os procedimentos da Junta Comercial do Paraná, em relação à concessão e cancelamento da matrícula dos leiloeiros públicos oficiais, bem como a fiscalização de suas atividades; Considerando a necessidade de adequar o número de leiloeiros a capacidade de fiscalização do órgão competente.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o Projeto de Lei nº 398/2014, de autoria do
DEPUTADO NELSON JUSTUS, que "DISPÕE
SOBRE O EXERCÍCIO DE LEILOEIRO NO
ESTADO DO PARANÁ".

RELATOR: **DEPUTADO PEDRO LUPION**

PROJETO DE LEI QUE VISA REGULAMENTAR O EXERCÍCIO DE LEILOEIRO NO ESTADO DO PARANÁ. DIREITO TRIBUTÁRIO E JUNTAS COMERCIAIS. COMPETÊNCIA CONCORRENTE COM A UNIÃO. 1. Legitimidade do proponente nos termos do artigo 65 da Constituição Estadual. 2. Nos termos do artigo 24, inciso I e III da Constituição Federal, e no artigo 13, inciso I e III da Constituição Estadual, a matéria versada no Projeto de Lei é de competência concorrente entre a União e os Estados. 3. Adequação do ordenamento jurídico estadual em relação a Lei Complementar nº 147/2014. 4. **Parecer pela aprovação.**

I. Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 398/2014, de autoria do Deputado Estadual Nelson Justus que dispõe sobre o exercício do Ofício de Leiloeiro no Estado do Paraná, com o objetivo de adequar a atuação desses profissionais, bem como o ordenamento jurídico estadual, à Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

Uma vez lido em expediente, nos termos regimentais o PL veio a esta Comissão de Constituição e Justiça sendo designado o Deputado que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



II. Fundamentação e Voto

Nos termos do art. 33-A¹, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP), cabe à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural.

Em relação a iniciativa do presente PL, de se destacar que o artigo 65² da CE atribui aos membros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a iniciativa de Leis. No mesmo sentido dispõe o artigo 124³ do RIALEP.

Quanto a matéria ora ventilada, qual seja direito tributário e juntas comerciais, é concorrente entre a União e os Estados nos termos do artigo 24, incisos I e III da Constituição Federal, senão vejamos:

Art. 24 Compete à União, aos Estado e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I- direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

[...]

III - juntas comerciais; [...]

No mesmo sentido dispõe o artigo 13, incisos I e III da Constituição Estadual.

Desta forma, não há qualquer vício formal de constitucionalidade na proposição em apreço.

Em relação a constitucionalidade material, é necessário consignar o advento da Lei Complementar Federal versando sobre o ofício de Leiloeiro e sua tributação na forma do Simples Nacional, conforme o artigo 18, §5º-I, inciso VIII, senão vejamos:

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

³ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

[...]

§ 5º-I. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo VI desta Lei Complementar:

[...]

VIII - perícia, leilão e avaliação;

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Ante o exposto, evidencia-se que o PL se encontra formalmente e materialmente constitucional, inclusive adequando o ordenamento jurídico estadual em relação a matéria.

É O VOTO.

III. Conclusão.

Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 398/2014**, de autoria do Deputado Estadual Nelson Justus, considerando a sua constitucionalidade formal e material.

Sala das Comissões, _____ de setembro de 2014.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

PEDRO LUPION
Deputado Estadual

APROVADO

VISTA EM 16/09/14

Dep. Tadeu Veneti



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 398/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Nobre Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o exercício do ofício do Leiloeiro no Estado do Paraná.

Procedida à análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, tendo sido Aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta objetiva adequar a atuação dos profissionais.

Vale observar que o art. 65 da Constituição Estadual, garante a iniciativa de matérias como a presente aos integrantes da Assembleia Legislativa.

De igual modo a Constituição Federal em seu art. 24, incisos I e II, trata da competência da União, Estados e Distrito legislar concorrentemente sobre o tema proposto. Nesse sentido trata o artigo 13, incisos I e III do mesmo Diploma Legal.

A proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



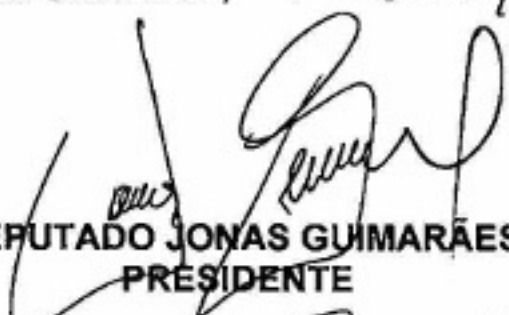
CONCLUSÃO


Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.


É o parecer.


Sala das Comissões,


13/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Bohrer


Dep. Wolsa


Dep. Enio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 398/2014

Autor: Deputado Nelson Justus.

Relator: Deputado Caíto Quintana.

**Súmula: Dispõe sobre o
exercício do ofício de leiloeiro
no Estado do Paraná.**

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 398/2014, de autoria do Deputado Nelson Justus, dispõe sobre o exercício do ofício de leiloeiro no Estado do Paraná.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

Em relação à tramitação do PL nesta casa legislativa, uma vez lido em expediente e autuado foi encaminhada para Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, nos termos regimentais, comissões essas que exararam pareceres favoráveis.



FUNDAMENTAÇÃO

Este projeto tem como objetivo instituir o exercício do ofício de leiloeiro no Estado do Paraná.

O tema é abordado, inicialmente, a partir da perspectiva de desordem normativa brasileira e de seu falho processo de produção de normas, tudo comprovado pelo fato de um Departamento de Estado produzir uma norma dissonante com a Constituição Federal e Lei Ordinária Federal (Código Civil).

A multiplicidade de domicílio é uma garantia fundamental no direito brasileiro, devendo, portanto, Revista Acadêmica, vol.83, 2011 abranger os leiloeiros públicos oficiais, para a garantia de sua liberdade de ofício.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio
opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 398/2014, de autoria do
Deputado Nelson Justus.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2014.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Jonas Guimarães
RELATOR

Deputado Caio Quintana
~~Relator~~


Deputado Nelson Garcia

Deputado Duílio Genari


Deputado Toninho Wandscheer


Wilson
Quinteiro

PROJETO DE LEI 413/2014

Súmula: Estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e revoga dispositivos da Lei nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Esta Lei estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas, mediante fixação de novos patamares para o ajuizamento de execuções fiscais e previsão de protesto extrajudicial das dívidas ativas, na forma que especifica.

Art. 2º Não estão sujeitos a processo de execução fiscal créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas, cujo valor consolidado, na data do encaminhamento, seja igual ou inferior aos seguintes limites:

I – para créditos tributários relativos a Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II – para créditos tributários relativos a Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – para créditos tributários relativos a Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

IV – para créditos tributários relativos a taxas, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

V – para créditos relativos a multas não tributárias, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VI – para os demais créditos, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º Entende-se por valor consolidado o resultante do somatório das dívidas ativas pendentes de recolhimento, devidamente atualizadas, da mesma natureza, por



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, nos casos de contribuintes de ICMS e, nos demais casos, por CPF – Cadastro de Pessoa Física ou CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

§ 2º O Estado, as Autarquias e Fundações Públicas, por seus órgãos competentes, promoverão a cobrança administrativa das dívidas ativas não sujeitas a ajuizamento de execução fiscal, obstando o fornecimento de certidões negativas, sem prejuízo de outras providências determinadas nesta Lei e em norma regulamentar.

§ 3º Incumbe à Procuradoria Geral do Estado ou aos órgãos de representação judicial das Autarquias e das Fundações Públicas remeter a protesto extrajudicial as certidões de dívida ativa não sujeitas a ajuizamento, nos termos do *caput* deste artigo, que atendam os requisitos estabelecidos no art. 3º desta Lei.

§ 4º Submetem-se ao disposto no *caput* deste artigo os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações, que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal.

§ 5º Os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos no curso da ação de execução fiscal, serão cobrados mediante o prosseguimento normal da ação, até sua quitação integral.

Art. 3º Estabelece a obrigatoriedade do protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, dos créditos não sujeitos à execução fiscal a que se refere o art. 2º desta Lei, desde que presentes os seguintes requisitos:

I – existência de habilitação dos tabeliães de protesto da respectiva Comarca junto à Central de Remessa de Arquivo – CRA, mantida pelo Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Paraná – IEPTB-PR;

II – ratificação pelos tabeliães de protesto da respectiva Comarca de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Paraná – IEPTB-PR;

§ 1º Em se tratando de Certidões de Dívida Ativa relativas ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, o encaminhamento a protesto extrajudicial somente ocorrerá nos casos em que o devedor estiver com a inscrição no Cadastro de Contribuintes de ICMS – CAD/ICMS ativa.

§ 2º Não será remetida a protesto extrajudicial a Certidão de Dívida Ativa oriunda de

título protestado em momento anterior à sua inscrição.

Art. 4º É obrigatória a emissão de Certidão de Dívida Ativa para os créditos sujeitos a protesto extrajudicial obrigatório ou ajuizamento de execuções fiscais.

Parágrafo único. As Certidões de Dívida Ativa emitidas para os fins previstos no *caput* deste artigo serão encaminhadas por meio eletrônico à Procuradoria Geral do Estado ou ao órgão de representação judicial das Autarquias e das Fundações Públicas.

Art. 5º No protesto extrajudicial da dívida ativa, não haverá cobrança de custas, emolumentos, contribuições ou quaisquer outras despesas em face do Estado do Paraná, suas Autarquias e Fundações Públicas.

Parágrafo único. A dispensa prevista no *caput* deste artigo aplica-se igualmente nas hipóteses:

I - de desistência ou cancelamento do protesto solicitados pela Procuradoria Geral do Estado ou por órgãos de representação judicial das Autarquias e das Fundações Públicas;

II - sustação judicial do protesto.

Art. 6º Na cobrança extrajudicial mediante protesto, as Certidões de Dívida Ativa serão remetidas aos Tabelionatos de Protesto de Títulos, exclusivamente por meio eletrônico, diretamente à Central de Remessa de Arquivo – CRA, mantida pelo Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil, Seção Paraná – IEPTB.

§ 1º Da remessa da Certidão de Dívida Ativa até a lavratura do protesto extrajudicial, o pagamento ocorrerá exclusivamente junto ao respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos, nos termos da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

§ 2º No período a que se refere o parágrafo anterior, não será admitido o parcelamento e o reparcimento da dívida ou qualquer requerimento de retificação do valor do débito pelo devedor.

§ 3º Até a lavratura do protesto extrajudicial não serão devidos honorários advocatícios.

Art. 7º O cancelamento do protesto extrajudicial ocorrerá com a quitação integral da Certidão de Dívida Ativa ou com o parcelamento da dívida, pagas, em qualquer caso, as custas, os emolumentos e os honorários advocatícios, estes no percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da dívida ativa.

§ 1º O pagamento da Certidão de Dívida Ativa dar-se-á mediante guia de recolhimento



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

própria.

§ 2º O pagamento das custas e dos emolumentos dar-se-á diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos.

§ 3º O pagamento dos honorários advocatícios, nas hipóteses de remessa a protesto extrajudicial a cargo da Procuradoria Geral de Estado, dar-se-á mediante guia de recolhimento ao Fundo Especial da Procuradoria Geral de Estado – FEPGE, instituído pela Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003.

§ 4º Rescindido o parcelamento ou reparcèlement, a Certidão de Dívida Ativa será remetida a protesto pelo saldo remanescente, observado o disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 8º As Certidões de Dívida Ativa protestadas permanecerão aguardando o respectivo pagamento, pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da intimação do devedor, na forma dos arts 14 e 15 da Lei Federal nº 9.492, de 1997.

Parágrafo único. Não efetuado o pagamento no prazo previsto no *caput* deste artigo, a Procuradoria Geral do Estado ou os órgãos de representação judicial das Autarquias e das Fundações Públicas promoverão o ajuizamento das execuções fiscais, observado o limite legal estabelecido no art. 2º desta Lei.

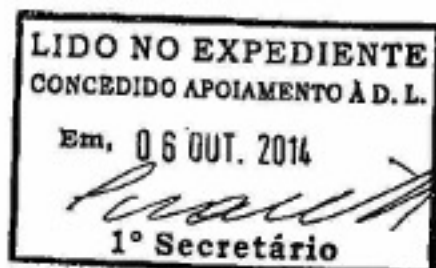
Art. 9º Os créditos inscritos em dívida ativa e não sujeitos a ajuizamento de execução fiscal serão atualizados e, não alcançados no prazo de cinco anos os patamares estabelecidos no art. 2º desta Lei, serão baixados pelo órgão competente, desde que inexistente causa interruptiva ou suspensiva da prescrição.

Art. 10. O disposto nesta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância pagas ou compensadas.

Art. 11. Revoga os arts. 1º e 2º da Lei nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 12. A Administração Pública terá o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar às disposições desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 084 /2014

Curitiba, 16 de setembro de 2014.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em 22/09/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que tem por finalidade modernizar a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas, estabelecendo novos parâmetros e mecanismos eficientes para a recuperação de créditos da Fazenda Pública.

Atualmente, o ajuizamento de execuções fiscais é obrigatório sempre que as dívidas ativas forem maiores que 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) para os créditos relacionados ao ICMS, e 30 UPF/PR para os demais créditos, conforme estabelecido na Lei nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006.

Os novos patamares propostos foram fixados a partir da base de dados gerada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que apurou, em estudo realizado no ano de 2012 (Comunicado IPEA nº 127), que a execução fiscal é economicamente viável a partir de R\$ 21.731,45 (vinte e um mil, setecentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos).

A conclusão a que chegou o IPEA decorreu da conjugação de outros fatores, anteriormente não considerados, tais como: o tempo médio de tramitação de um processo de execução fiscal, que é de 9 anos, 9 meses e 16 dias, e a baixa probabilidade de recuperação integral do crédito na via judicial.

A título exemplificativo, o Estado de Minas Gerais adota como parâmetro de ajuizamento limites entre R\$ 5.000,00 e R\$ 15.000,00 (Decreto Estadual nº 45.989, de 13 de junho de 2012 – MG). Já a União autoriza o não ajuizamento de execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012).

É importante frisar que a cobrança judicial da dívida ativa deve ser pautada nos princípios administrativos da economicidade, razoabilidade e da eficiência.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/CTL/Prot. 13.327.415-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A rigor, cobrar judicialmente valores que se afiguram economicamente inviáveis proporciona custo-benefício à sociedade próximo a zero ou até mesmo prejuízo. E isto se consideradas as situações em que o processo é exitoso, o que, de fato, configura vilipêndio ao Erário e à função social da arrecadação.

Destaque-se, outrossim, que o ajuizamento incondicionado de processos de execução fiscal de valores antieconômicos contribui para o abarrotamento e a morosidade de todos os processos da Justiça Estadual, inclusive dificultando a recuperação de créditos públicos relevantes para a arredação da dívida em estoque.

Por esta razão, o uso de meios alternativos de cobrança têm ganhado espaço no mundo jurídico, especialmente com a edição da Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, que incluiu a Certidão de Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas Autarquias e Fundações Públicas, como título passível de protesto extrajudicial.

Nesse intuito, a proposta legislativa ora apresentada tem por objetivo reduzir o volume das demandas judiciais tidas como antieconômicas, ao tempo em que institui outra forma de recuperação de créditos fiscais de menor vulto, mediante utilização de modalidade de cobrança diversificada e eficiente.

A proposta também abrange os créditos inscritos em dívida ativa das Autarquias e das Fundações Públicas, que até o presente momento não são objeto de legislação específica.

Estado, Autarquias e Fundações Públicas Estaduais promoverão cobrança administrativa dos seus créditos inscritos em dívida ativa e não sujeitos ao ajuizamento de execução fiscal, obstando a expedição de certidões negativas e remetendo as Certidões de Dívida Ativa a protesto extrajudicial até determinado limite de valor.

Assim, fixam-se novos limites de ajuizamento, impondo-se a obrigatoriedade da cobrança, via protesto extrajudicial, para as dívidas de valores até R\$ 15.000,00, nos créditos relacionados ao ICMS; até R\$ 10.000,00, para os créditos relacionados ao ITCMD; até R\$ 5.000,00, para os créditos relacionados ao IPVA, demais tributos e multas.

A proposta de lei prevê, ainda, que as Certidões de Dívida Ativa protestadas aguardem o seu respectivo pagamento, pelo prazo mínimo de 180 dias, quando então serão passíveis de ajuizamento de execução fiscal, uma vez alcançados os novos patamares estabelecidos.

O mecanismo proposto permite, como vantagem adicional, o agrupamento de créditos de mesma natureza e de um mesmo devedor, propiciando o ajuizamento de apenas uma execução fiscal, em vez da multiplicidade de execuções, que prevalece na atualidade, ante a falta de um critério jurídico-racional de atuação.

Advirta-se que o Pleno da Corte de Contas do Estado do Paraná reconheceu a pertinência desse meio alternativo de cobrança e determinou que o Estado efetue o protesto em cartório, após inscrição em dívida ativa, das decisões transitadas em julgado daquele Tri-



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

bunal. Emitiu, outrossim, comunicado para implantação do protesto extrajudicial no prazo de 90 dias.

Importante frisar que o Estado do Paraná, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, firmou Convênio com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Paraná, viabilizando a remessa eletrônica das Certidões de Dívida Ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas, através da Central de Remessa de Arquivo, com a dispensa de qualquer pagamento de emolumentos, custas e demais despesas pela Fazenda Pública apresentante, com base no Decreto Estadual nº 8.789/2013.

Até o presente momento os resultados têm sido satisfatórios e superiores aos percentuais obtidos através da cobrança judicial, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PROTESTO – 12/2013 a 08/2014

CDAs	Quantidade	Ref. ao Total	Valores	Ref. ao Total
Total Geral	799	100,00%	R\$2.289.100,72	100,00%
Pago no Tríduo	140	17,52%	R\$383.335,44	16,75%
Protestado	605	75,72%	R\$1.740.828,15	76,05%
Pagos pós	53	6,63%	R\$ 163.459,38	7,14%

Fonte: SIPRO

Nesse mister, os relevantes resultados apurados pela Procuradoria Geral do Estado seguramente demonstram a solidez da proposta ora apresentada e referendam a necessidade de aprovação do novo texto legislativo, na esteira de entendimento do Tribunal de Contas do Estado, representando modalidade efetiva de fomento à arrecadação e de racionalização da cobrança da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

ORIENTAÇÃO LEGISLATIVA
Pg 094

Pesquisa Rápida

⏪ voltar ⏩

Exibir Ato

🖨️ Página para impressão

Lei 15354 - 22 de Dezembro de 2006

Alterado Compilado Original ①

Publicado no Diário Oficial nº. 7375 de 22 de Dezembro de 2006

(vide Lei 17082 de 09/02/2012)

Súmula: Dispõe que créditos tributários e não tributários de valores que especifica, inscritos em Dívida Ativa após 1º/09/2006, não estão sujeitos ao processo de execução fiscal.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~**Art. 1º.** Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa após 1º de setembro de 2006, cujo valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:~~

Art. 1º. Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

(Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012)

Art. 1º-A. Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR:

(Incluído pela Lei 17082 de 09/02/2012)

~~**I -** 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS;~~

I - 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS;

(Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012)

~~**II -** 05 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;~~

II - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;

(Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012)

III - 05 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;

§ 1º. Não se aplicam os limites acima estabelecidos quando a soma das dívidas, tributária e não tributária de um mesmo devedor ultrapasse o limite fixado, situação em que poderão ser reunidas de acordo com a natureza de cada crédito, para cobrança na mesma execução fiscal.

§ 2º. Submetem-se às disposições desta Lei os saldos de créditos, tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito ocorrido anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal.

§ 3º. Os saldos de créditos tributários ou não tributários, decorrentes de parcelamentos rescindidos, pagamentos parciais, retificações de informações ou outras situações que gerem extinção parcial do crédito, ocorridos no curso da ação de execução fiscal, serão cobrados mediante o prosseguimento normal da ação, até sua quitação integral.

Art. 2º. Compete ao setor de Dívida Ativa da Secretaria de Estado da Fazenda a verificação da adequação dos fatos às disposições do art. 1º e §§.



Parágrafo único Os créditos de que trata esta Lei, serão inscritos em Dívida Ativa, sem emissão de certidão, e assim permanecerão, com a devida atualização, até que seja possível a aplicação da regra do § 1º, ou, não sendo, até que se cumpra um período de cinco anos de sua inscrição, quando poderão ser baixados.

Art. 3º. O disposto nesta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância pagas ou compensadas.

Art. 4º. Na hipótese de extinção da UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) será adotado o índice que o substituir, ou o índice que vier a ser adotado pelo Estado do Paraná para correções de seus créditos.

~~**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.~~

Art. 5º. Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a remitar automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR.
(Redação dada pela Lei 17082 de 09/02/2012)

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de dezembro de 2006.

Roberto Requião
Governador do Estado

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

[Voltar](#)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.

Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Competência e das Atribuições

Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.

Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas. (Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012)

Art. 2º Os serviços concernentes ao protesto, garantidores da autenticidade, publicidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

Art. 3º Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados, na forma desta Lei.

CAPÍTULO II

Da Ordem dos Serviços

Art. 4º O atendimento ao público será, no mínimo, de seis horas diárias.

Art. 5º Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega.

Parágrafo único. Ao apresentante será entregue recibo com as características essenciais do título ou documento de dívida, sendo de sua responsabilidade os dados fornecidos.

Art. 6º Tratando-se de cheque, poderá o protesto ser lavrado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente, devendo do referido cheque constar a prova de apresentação ao Banco sacado, salvo se o protesto tenha por fim instruir medidas pleiteadas contra o estabelecimento de crédito.

CAPÍTULO III

Da Distribuição

Art. 7º Os títulos e documentos de dívida destinados a protesto somente estarão sujeitos a prévia distribuição obrigatória nas localidades onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos.

Parágrafo único. Onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos, a distribuição será feita por um Serviço instalado e mantido pelos próprios Tabelionatos, salvo se já existir Ofício Distribuidor organizado antes da promulgação desta Lei.

Art. 8º Os títulos e documentos de dívida serão recepcionados, distribuídos e entregues na mesma data aos Tabelionatos de Protesto, obedecidos os critérios de quantidade e qualidade.

Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas.

CAPÍTULO IV

Da Apresentação e Protocolização

Art. 9º Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.

Parágrafo único. Qualquer irregularidade formal observada pelo Tabelião obstará o registro do protesto.

Art. 10. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.

§ 1º Constarão obrigatoriamente do registro do protesto a descrição do documento e sua tradução.

§ 2º Em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.

§ 3º Tratando-se de títulos ou documentos de dívidas emitidos no Brasil, em moeda estrangeira, cuidará o Tabelião de observar as disposições do Decreto-lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e legislação complementar ou superveniente.

Art. 11. Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante.

CAPÍTULO V

Do Prazo

Art. 12. O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.

§ 1º Na contagem do prazo a que se refere o *caput* exclui-se o dia da protocolização e inclui-se o do vencimento.

§ 2º Considera-se não útil o dia em que não houver expediente bancário para o público ou aquele em que este não obedecer ao horário normal.

Art. 13. Quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o protesto será tirado no primeiro dia útil subsequente.

CAPÍTULO VI

Da Intimação

Art. 14. Protocolizado o título ou documento de dívida, o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço.

§ 1º A remessa da intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião, ou por qualquer outro meio, desde que o recebimento fique assegurado e comprovado através de protocolo, aviso de recepção (AR) ou documento equivalente.

§ 2º A intimação deverá conter nome e endereço do devedor, elementos de identificação do título ou documento de dívida, e prazo limite para cumprimento da obrigação no Tabelionato, bem como número do



protocolo e valor a ser pago.

Art. 15. A intimação será feita por edital se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do Tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.

§ 1º O edital será afixado no Tabelionato de Protesto e publicado pela imprensa local onde houver jornal de circulação diária.

§ 2º Aquele que fornecer endereço incorreto, agindo de má-fé, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais.

CAPÍTULO VII

Da Desistência e Sustação do Protesto

Art. 16. Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, pagos os emolumentos e demais despesas.

Art. 17. Permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado.

§ 1º O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial.

§ 2º Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder a nova intimação do devedor, sendo a lavratura e o registro do protesto efetivados até o primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da revogação, salvo se a materialização do ato depender de consulta a ser formulada ao apresentante, caso em que o mesmo prazo será contado da data da resposta dada.

§ 3º Tornada definitiva a ordem de sustação, o título ou o documento de dívida será encaminhado ao Juízo respectivo, quando não constar determinação expressa a qual das partes o mesmo deverá ser entregue, ou se decorridos trinta dias sem que a parte autorizada tenha comparecido no Tabelionato para retirá-lo.

Art. 18. As dúvidas do Tabelião de Protesto serão resolvidas pelo Juízo competente.

CAPÍTULO VIII

Do Pagamento

Art. 19. O pagamento do título ou do documento de dívida apresentado para protesto, será feito diretamente no Tabelionato competente, no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas.

§ 1º Não poderá ser recusado pagamento oferecido dentro do prazo legal, desde que feito no Tabelionato de Protesto competente e no horário de funcionamento dos serviços.

§ 2º No ato do pagamento, o Tabelionato de Protesto dará a respectiva quitação, e o valor devido será colocado à disposição do apresentante no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento.

§ 3º Quando for adotado sistema de recebimento do pagamento por meio de cheque, ainda que de emissão de estabelecimento bancário, a quitação dada pelo Tabelionato fica condicionada à efetiva liquidação.

§ 4º Quando do pagamento no Tabelionato ainda subsistirem parcelas vincendas, será dada quitação da parcela paga em apartado, devolvendo-se o original ao apresentante.

CAPÍTULO IX

Do Registro do Protesto

Art. 20. Esgotado o prazo previsto no art. 12, sem que tenham ocorrido as hipóteses dos Capítulos VII e VIII, o Tabelião lavrará e registrará o protesto, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante.



Art. 21. O protesto será tirado por falta de pagamento, de aceite ou de devolução.

§ 1º O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.

§ 2º Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.

§ 3º Quando o sacado retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata, que se limitarão a conter os mesmos requisitos lançados pelo sacador ao tempo da emissão da duplicata, vedada a exigência de qualquer formalidade não prevista na Lei que regula a emissão e circulação das duplicatas.

§ 4º Os devedores, assim compreendidos os emitentes de notas promissórias e cheques, os sacados nas letras de câmbio e duplicatas, bem como os indicados pelo apresentante ou credor como responsáveis pelo cumprimento da obrigação, não poderão deixar de figurar no termo de lavratura e registro de protesto.

§ 5º Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante. (Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012)

Art. 22. O registro do protesto e seu instrumento deverão conter:

I - data e número de protocolização;

II - nome do apresentante e endereço;

III - reprodução ou transcrição do documento ou das indicações feitas pelo apresentante e declarações nele inseridas;

IV - certidão das intimações feitas e das respostas eventualmente oferecidas;

V - indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas;

VI - a aquiescência do portador ao aceite por honra;

VII - nome, número do documento de identificação do devedor e endereço;

VIII - data e assinatura do Tabelião de Protesto, de seus substitutos ou de Escrevente autorizado.

Parágrafo único. Quando o Tabelião de Protesto conservar em seus arquivos gravação eletrônica da imagem, cópia reprográfica ou micrográfica do título ou documento de dívida, dispensa-se, no registro e no instrumento, a sua transcrição literal, bem como das demais declarações nele inseridas.

Art. 23. Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, além dos requisitos previstos no artigo anterior.

Parágrafo único. Somente poderão ser protestados, para fins falimentares, os títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar.

Art. 24. O deferimento do processamento de concordata não impede o protesto.

CAPÍTULO X

Das Averbações e do Cancelamento

Art. 25. A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço poderá ser efetuada de ofício ou a requerimento do interessado, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos.

§ 1º Para a averbação da retificação será indispensável a apresentação do instrumento eventualmente expedido e de documentos que comprovem o erro.

§ 2º Não são devidos emolumentos pela averbação prevista neste artigo.

Art. 26. O cancelamento do registro do protesto será solicitado diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja cópia ficará arquivada.

§ 1º Na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado, será exigida a declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor, originário ou por endosso translativo.

§ 2º Na hipótese de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, será suficiente a declaração de anuência passada pelo credor endossante.

§ 3º O cancelamento do registro do protesto, se fundado em outro motivo que não no pagamento do título ou documento de dívida, será efetivado por determinação judicial, pagos os emolumentos devidos ao Tabelião.

§ 4º Quando a extinção da obrigação decorrer de processo judicial, o cancelamento do registro do protesto poderá ser solicitado com a apresentação da certidão expedida pelo Juízo processante, com menção do trânsito em julgado, que substituirá o título ou o documento de dívida protestado.

§ 5º O cancelamento do registro do protesto será feito pelo Tabelião titular, por seus Substitutos ou por Escrevente autorizado.

§ 6º Quando o protesto lavrado for registrado sob forma de microfilme ou gravação eletrônica, o termo do cancelamento será lançado em documento apartado, que será arquivado juntamente com os documentos que instruíram o pedido, e anotado no índice respectivo.

CAPÍTULO XI

Das Certidões e Informações do Protesto

Art. 27. O Tabelião de Protesto expedirá as certidões solicitadas dentro de cinco dias úteis, no máximo, que abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.

§ 1º As certidões expedidas pelos serviços de protesto de títulos, inclusive as relativas à prévia distribuição, deverão obrigatoriamente indicar, além do nome do devedor, seu número no Registro Geral (R.G.), constante da Cédula de Identidade, ou seu número no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.), se pessoa física, e o número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.), se pessoa jurídica, cabendo ao apresentante do título para protesto fornecer esses dados, sob pena de recusa.

§ 2º Das certidões não constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo por requerimento escrito do próprio devedor ou por ordem judicial.

Art. 28. Sempre que a homonímia puder ser verificada simplesmente pelo confronto do número de documento de identificação, o Tabelião de Protesto dará certidão negativa.

~~Art. 29. Os Tabeliões de Protesto de Títulos somente poderão fornecer certidão, em forma de relação, para as entidades representativas do comércio, da indústria e das instituições financeiras, das pessoas cujos nomes e documentos forem indicados no pedido, com a nota de se tratar de informação reservada, para uso institucional exclusivo do solicitante, da qual não se poderá dar divulgação.~~

~~§ 1º O fornecimento da certidão a que se refere o caput será suspenso caso se desatenda o seu caráter sigiloso ou se forneçam informações de protestos cancelados.~~

~~§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados, das entidades referidas no caput, somente serão prestadas informações, mesmo sigilosas, restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados, cujos registros não foram cancelados.~~

~~Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.894-22, de 1999)~~

~~§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no caput ou se forneçam informações de protestos cancelados. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.894-22, de 1999)~~

~~§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados, das entidades referidas no caput, somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados, cujos registros não foram cancelados. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.804-22, de 1999)~~
~~§ 3º Na localidade onde houver mais de um Tabelionato de Protesto de Títulos, poderá haver um Serviço de Informações de Protestos, organizado, instalado e mantido pelos próprios Tabelionatos.~~



Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente. (Redação dada pela Lei nº 9.841, de 5.10.1999)

§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no caput ou se forneçam informações de protestos cancelados. (Redação dada pela Lei nº 9.841, de 5.10.1999)

§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no caput somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados. (Redação dada pela Lei nº 9.841, de 5.10.1999)

~~§ 3º Revogado. (Redação dada pela Lei nº 9.841, de 5.10.1999)~~

Art. 30. As certidões, informações e relações serão elaboradas pelo nome dos devedores, conforme previstos no § 4º do art. 21 desta Lei, devidamente identificados, e abrangerão os protestos lavrados e registrados por falta de pagamento, de aceite ou de devolução, vedada a exclusão ou omissão de nomes e de protestos, ainda que provisória ou parcial.

~~Art. 31. De protocolo somente serão fornecidas informações ou certidões mediante solicitação escrita de devedor ou por determinação judicial.~~

~~Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.804-22, de 1999)~~

Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito. (Redação dada pela Lei nº 9.841, de 5.10.1999)

CAPÍTULO XII

Dos Livros e Arquivos

Art. 32. O livro de Protocolo poderá ser escriturado mediante processo manual, mecânico, eletrônico ou informatizado, em folhas soltas e com colunas destinadas às seguintes anotações: número de ordem, natureza do título ou documento de dívida, valor, apresentante, devedor e ocorrências.

Parágrafo único. A escrituração será diária, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento.

Art. 33. Os livros de Registros de Protesto serão abertos e encerrados pelo Tabelião de Protestos ou seus Substitutos, ou ainda por Escrevente autorizado, com suas folhas numeradas e rubricadas.

Art. 34. Os índices serão de localização dos protestos registrados e conterão os nomes dos devedores, na forma do § 4º do art. 21, vedada a exclusão ou omissão de nomes e de protestos, ainda que em caráter provisório ou parcial, não decorrente do cancelamento definitivo do protesto.

§ 1º Os índices conterão referência ao livro e à folha, ao microfilme ou ao arquivo eletrônico onde estiver registrado o protesto, ou ao número do registro, e aos cancelamentos de protestos efetuados.

§ 2º Os índices poderão ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados.

Art. 35. O Tabelião de Protestos arquivará ainda:

I - intimações;

II - editais;

III - documentos apresentados para a averbação no registro de protestos e ordens de cancelamentos;

IV - mandados e ofícios judiciais;

V - solicitações de retirada de documentos pelo apresentante;

VI - comprovantes de entrega de pagamentos aos credores;

VII - comprovantes de devolução de documentos de dívida irregulares.

§ 1º Os arquivos deverão ser conservados, pelo menos, durante os seguintes prazos:

I - um ano, para as intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento;

II - seis meses, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal;

III - trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.

§ 2º Para os livros e documentos microfilmados ou gravados por processo eletrônico de imagens não subsiste a obrigatoriedade de sua conservação.

§ 3º Os mandados judiciais de sustação de protesto deverão ser conservados, juntamente com os respectivos documentos, até solução definitiva por parte do Juízo.

Art. 36. O prazo de arquivamento é de três anos para livros de protocolo e de dez anos para os livros de registros de protesto e respectivos títulos.

CAPÍTULO XIII

Dos Emolumentos

Art. 37. Pelos atos que praticarem em decorrência desta Lei, os Tabeliães de Protesto perceberão, diretamente das partes, a título de remuneração, os emolumentos fixados na forma da lei estadual e de seus decretos regulamentadores, salvo quando o serviço for estatizado.

§ 1º Poderá ser exigido depósito prévio dos emolumentos e demais despesas devidas, caso em que, igual importância deverá ser reembolsada ao apresentante por ocasião da prestação de contas, quando ressarcidas pelo devedor no Tabelionato.

§ 2º Todo e qualquer ato praticado pelo Tabelião de Protesto será cotado, identificando-se as parcelas componentes do seu total.

§ 3º Pelo ato de digitalização e gravação eletrônica dos títulos e outros documentos, serão cobrados os mesmos valores previstos na tabela de emolumentos para o ato de microfilmagem.

CAPÍTULO XIV

Disposições Finais

Art. 38. Os Tabeliães de Protesto de Títulos são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

Art. 39. A reprodução de microfilme ou do processamento eletrônico da imagem, do título ou de qualquer documento arquivado no Tabelionato, quando autenticado pelo Tabelião de Protesto, por seu Substituto ou Escrevente autorizado, guarda o mesmo valor do original, independentemente de restauração judicial.

Art. 40. Não havendo prazo assinado, a data do registro do protesto é o termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida.



Art. 41. Para os serviços previstos nesta Lei os Tabeliães poderão adotar, independentemente de autorização, sistemas de computação, microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e quaisquer outros meios de reprodução.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Iris Rezende

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 11.09.1997





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 413/2014

Projeto de Lei nº 413/2014

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 084/2014

Estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e revoga dispositivos da Lei nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006.

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, INCISO I. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTS. 13, INCISO I, 65 E 66. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, estabelece mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e revoga dispositivos da Lei nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Federal determina especificamente a competência de cada ente federativo e, no caso em tela, observa-se que a competência do Estado é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Vale ressaltar que o projeto estabelece atribuições à Procuradoria Geral do Estado, às Autarquias e às Fundações Públicas. Sendo assim, por serem órgãos vinculados ao Poder Executivo, a iniciativa do projeto é privativa do Governador do Estado, de acordo com o art. 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo

Portanto, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está em consonância com o ordenamento jurídico vigente.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, a proposta está em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95, de 1998.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

APROVADO

14/10/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 413/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 84/2014, objetiva modernizar a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas, estabelecendo novos parâmetros e mecanismos eficientes para a recuperação de créditos da Fazenda Pública.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável, tendo sido aprovado por unanimidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que o autor da proposta informa que o objetivo é reduzir o volume das demandas judiciais tidas como antieconômicas, e institui outra forma de recuperação de créditos fiscais de menor vulto.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal no art. 24, incisos I, da Constituição Federal.

De igual modo a Constituição Estadual por meio do art. 66 estabelece que tal iniciativa é do Governador do Estado.

Insta observar ainda que, constata-se na justificativa do autor que a matéria trará ainda a vantagem do agrupamento de créditos de mesma natureza e de um mesmo devedor, desta forma teremos o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

ajuizamento de apenas uma execução fiscal e não várias como acontece na atualidade.

Destaque-se ainda, que a matéria em questão, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/10/14

[Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR

[Assinatura] Dep. Prof. Lemos

[Assinatura] Dep. Waldyr

[Assinatura] Dep. Paulo



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 425/14

Alteração de dispositivos da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS e outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Introdúz as seguintes alterações na Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - o item 5 da alínea "h" do inciso II do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"5. absorventes e tampões higiênicos, fraldas para bebês e geriátricas e artigos higiênicos semelhantes (NCM 9619.00.00);".

II - Fica acrescentado o § 5º-A ao art. 25:

"§ 5º-A. É vedada a apuração centralizada do imposto de que trata o § 5º deste artigo quando se tratar de contribuinte enquadrado nos códigos CNAE - versão 2.0 - 3511-5/00, 3512-3/00, 3513-1/00, 3514-0/00, 3520-4/01 e 3520-4/02.".

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito presumido de ICMS às empresas fornecedoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação de até 3% (três por cento), calculado sobre o valor do faturamento bruto de seus estabelecimentos situados neste Estado no segundo mês anterior ao do crédito, para ser utilizado exclusivamente na liquidação de débitos decorrentes da aquisição, pelo Estado, de energia elétrica e de serviços de comunicação (Convênio ICMS 102, de 7 de agosto de 2013).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e será regulamentada no prazo de até trinta dias contados da publicação.

MENSAGEM

Nº 091/2014

Curitiba, 14 de outubro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Cabinete do Governador

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências

Em 27/10/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências.

A primeira alteração proposta atualiza código da NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul, dos produtos "absorventes e tampões higiênicos, fraldas e artigos higiênicos semelhantes", tributados à alíquota de 12% (doze por cento), para 9619.00.00, de acordo com a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, considerando que o código anteriormente mencionado no dispositivo (4818.40) foi excluído da referida tabela.

Com a segunda alteração se pretende vedar a utilização do regime de apuração e recolhimento centralizados do imposto relativo às operações ou prestações realizadas pelos estabelecimentos da mesma empresa, num único estabelecimento denominado centralizador, por contribuinte enquadrado nos códigos CNAE - versão 2.0 - 3511-5/00, 3512-3/00, 3513-1/00, 3514-0/00, 3520-4/01 e 3520-4/02.

DESCRIÇÃO DO CNAE:

3511-5/00: Geração de Energia Elétrica

3512-3/00: Transmissão de Energia Elétrica

3513-1/00: Comércio Atacadista de Energia Elétrica

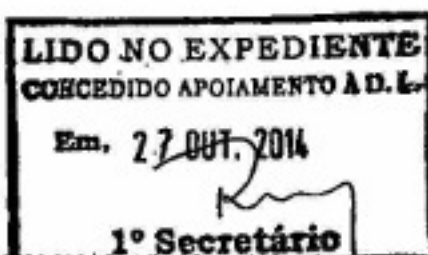
3514-0/00: Distribuição de Energia Elétrica

3520-4/01: Produção de Gás; Processamento de Gás Natural

3520-4/02: Distribuição de Combustíveis Gasosos por Redes Urbanas

Os códigos CNAE mencionados se referem a atividades econômicas reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a qual estabelece inúmeras normatizações no sentido de vedar que cada unidade de negócio (concessão, permissão ou autorização), que é única, tenha suas operações, para efeitos fiscal e regulatório, tratadas em conjunto com outros negócios, ainda que tenham mesmo controlador e mesma natureza. Os códigos CNAE 3520-4/01 e 3520-4/02 se referem a atividades econômicas ligadas ao setor elétrico quando fornecem gás natural para a geração de energia elétrica.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.373.566-6





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Para melhor exemplificar, não existe "filial" de uma Usina Hidrelétrica, Pequena Central Hidrelétrica, Termelétrica ou Transmissora de Energia. Pode existir um controlador em comum, mas não operação em comum.

Essas medidas de vedação têm o fim de possibilitar ao Agente Regulador uma melhor análise do negócio em si.

A Resolução ANEEL n. 334/2008, que trata dos controles prévios e a posteriori dos atos e negócios jurídicos entre agentes do setor elétrico, em seu art. 28, é clara em observar que o agente deverá manter contabilmente em separado os bens, as receitas, os direitos e as obrigações.

Fácil compreender que não poderá manter créditos fiscais (direitos) em contabilização conjunta com outra empresa, que não sob o mesmo objeto jurídico de negócio.

Ainda, no que tange à regulação do setor elétrico, os agentes devem obedecer estritamente o que disciplina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido pela Resolução ANEEL n 73/2003, que dispõe somente ser executável o direito aos créditos fiscais se esses tiverem valores legalmente reconhecidos, sendo que a transferência de saldo credor numa operação de apuração centralizada não confere aos valores transferidos o condão de créditos fiscais reconhecidos pelo fisco.

Assim, levando-se em conta os dois aspectos técnicos, não parece coerente a situação de que uma empresa do setor elétrico "transfira" ou "receba" créditos fiscais no âmbito do ICMS, em face do regime da apuração centralizada do imposto, sem que esses tenham o reconhecimento do fisco quanto à sua legitimidade.

Por fim, o art. 2º do Anteprojeto de Lei pretende autorizar o Poder Executivo a conceder crédito presumido de ICMS às empresas fornecedoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação de até três por cento, calculado sobre o valor do faturamento bruto de seus estabelecimentos situados no Estado do Paraná no segundo mês anterior ao do crédito, que tem por objetivo a compensação do valor do imposto devido pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo, decorrente de aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação, que, com a operacionalização da compensação proposta, terão seus débitos relativos a esses produtos liquidados com o crédito presumido que se pretende conceder às empresas fornecedoras e prestadoras.

Destaca-se que a medida não resultará impacto na arrecadação do Estado, uma vez que se trata de mecanismo de compensação dos valores do imposto devido pelas empresas fornecedoras e prestadoras com os valores devidos pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo relativamente às faturas decorrentes da aquisição de energia e de serviços de comunicação.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 11580 - 14 de Novembro de 1996

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 4885 de 14 de Novembro de 1996

(vide Lei 14260, de 22/12/2003) (vide Lei 14260, de 22/12/2003)

Súmula: Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei nº. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 2º. O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

VI - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.

(Incluído pela Lei 15342 de 22/12/2006)

§ 1º. O imposto incide também:

~~**I** - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;~~

I - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/02);

Parágrafo único. Havendo discordância em relação ao valor estimado ou arbitrado, nos termos do inciso II, caberá avaliação contraditória administrativa, observado o disposto no art. 56, ou judicial.



Art. 13. Na hipótese do pagamento antecipado a que se refere o § 4º do art. 5º, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro fixado para os casos de substituição tributária, ou na falta deste o de 30% (trinta por cento).

SEÇÃO II DA ALÍQUOTA

~~**Art. 14.** As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:~~

Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

(Redação dada pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**I** - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:~~

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal;

(Redação dada pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**a)** álcool anidro para fins combustíveis;~~

(Revogado pela Lei 13410 de 26/12/2001)

~~**b)** armas e munições, suas partes e acessórios classificados no Capítulo 93 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**c)** asas delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 8801.10.0200 e 8801.90.0100 da NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**d)** bebidas alcoólicas classificados nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 13410 de 26/12/2001)

~~**e)** embarcações de esporte e de recreio classificados na posição 8903 da NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**f)** energia elétrica;~~

~~**g)** energia elétrica destinada à eletrificação rural;~~

(Redação dada pela Lei 13410 de 26/12/2001) (Revogado pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**h)** fumo e seus sucedâneos manufaturados classificados no Capítulo 24 da NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 13410 de 26/12/2001)

~~**i)** gasolina;~~

(Revogado pela Lei 13410 de 26/12/2001)

~~**j)** peleteria e suas obras e peleteria artificial classificados no Capítulo 43 da NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**k)** perfumes e cosméticos classificados nas posições 3303, 3304, 3305 e 3307 da NBM/SH;~~

(Revogado pela Lei 16016 de 19/12/2008)

~~**l)** prestações de serviços de telefonia;~~

~~**m)** prestações de serviços de comunicação;~~

(Redação dada pela Lei 13023, de 22/12/2000) (Revogado pela Lei 13410 de 26/12/2001)

~~**II** - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:~~

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviço de transporte intermunicipal e nas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 425/2014

Projeto de Lei nº. 425/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 091/14

Súmula: Alteração de dispositivos da Lei 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS e outras providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 11.580, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE QUANTO AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13, 65 E 66 DA C.E. DECRETO ESTADUAL 2.838/97. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade alterar dispositivos da Lei 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS e outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifo nosso)

Ademais, quanto ao tema cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide **Decreto nº. 2.838 de 15 de janeiro de 1997** que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, consequentemente, deve-se ressaltar a competência privativa do Governador do Estado, uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Sala das Comissões, 28 de outubro de 2014.


DEPUTADO NÉLSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO Pedro Lupion
RELATOR


Dep. Henrique


Dep. Tadeu



Dep. Nivaldo


Dep. Carlos


Dep. Tereza


Dep. Kawane

APROVADO

28/10/14 


Dep.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI 425/2014

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 091/2014, tem como objetivo alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e outras providências.

Em suma, o autor pretende atualizar o código da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM dos produtos “absorventes e tampões higiênicos, fraldas e artigos higiênicos semelhantes”, para adequá-lo ao novo código da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

O projeto ainda altera algumas regras tributárias para as empresas que exercem atividades econômicas reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANELL.

Por fim, propõe novas regras para concessão de crédito presumido de ICMS às empresas fornecedoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de comunicação.

FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição sob a ótica desta Comissão de Finanças, em cumprimento às obrigações impostas pelo Regimento Interno, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

As alterações não geram impacto financeiro. Vale destacar que as alterações na concessão de crédito presumido não produzirão impacto na arrecadação do Estado, visto que se trata de um mecanismo de compensação dos valores do imposto devido pelas

TR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

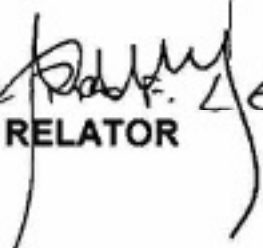
empresas fornecedoras e prestadoras com os valores devidos pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo atinentes à aquisição de energia e de serviços de comunicação.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, esta Comissão opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 425/2014.

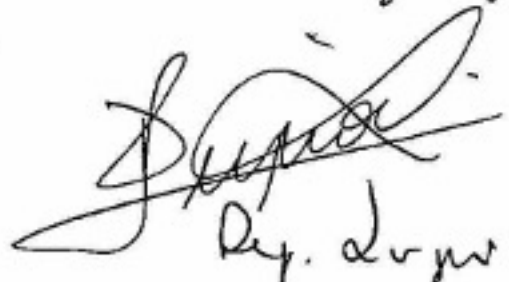
Sala das Comissões, 29/10/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO PAULO F. LEMOS
RELATOR


Dep. Wilson


Dep. Paulo


Dep. Lúcia



PROJETO DE LEI 426/14

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Alteração de dispositivos da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Introduz as seguintes alterações na Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003:

I - acrescenta-se a alínea "g" ao inciso I do art. 6º:

"g) o proprietário de veículo automotor, que o alienar e não comunicar a venda ao DETRAN/PR no prazo de trinta dias contados do evento, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o conhecimento dessa pela autoridade responsável;"

II - os §§ 1º e 2º do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná e formalizará o lançamento do IPVA enviando ao sujeito passivo a notificação para o correspondente pagamento, que deverá conter a identificação do veículo automotor e a indicação da base de cálculo, da alíquota e do valor do imposto, bem como a forma e o prazo de pagamento.

§ 2º O pagamento do crédito tributário relativo ao IPVA deve observar a forma prevista em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda."

III - o § 3º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º O pagamento do imposto poderá ser efetuado:

I - com redução de 5% (cinco por cento) do valor devido, em parcela única, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

II - sem redução do valor devido, para pagamento no mês de março, em parcela única, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III - com redução de até 10 % (dez por cento) do imposto devido, para pagamento em parcela única nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo."



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV - o parágrafo único do art. 11A passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Poderão também ser inscritos em dívida ativa os débitos de IPVA do exercício corrente em razão de ordem judicial, ou por ato administrativo que resulte perdimento do veículo a favor do Poder Público, com a finalidade de desvincular o débito da propriedade do veículo."

V - a alínea "b" do inciso II do *caput* e o § 2º do art. 13 passam a vigorar com a seguinte redação:

"b) de instituição de educação e de assistência social;

(...)

§ 2º A não incidência de que trata a alínea "b" do inciso II deste artigo fica condicionada à apresentação de comprovante de certificação como entidade beneficente de assistência social, com domicílio tributário no Estado do Paraná, emitido por órgão federal, estadual ou municipal, ou do protocolo de renovação tempestivo emitido pelo Ministério da Educação, da Saúde ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme área de atuação da entidade, nos termos da legislação federal."

VI - a alínea "b" do inciso V do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°, ou ocorrência simultânea de ambas as situações, ou que apresente visão monocular;"

Art. 2º Dispensa de pagamento os créditos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 2009, ajuizados ou não.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 092/2014

Curitiba, 14 de outubro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 27 de outubro de 2014

Senhor Presidente,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterações na Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos seguintes termos:

- o art. 1º:

1. acrescenta a alínea "g" ao inciso I do art. 6º a pedido da Procuradoria Geral do Estado - PGE, a fim de atribuir responsabilidade solidária ao proprietário, quando este vender o veículo e não registrar o comunicado de venda no DETRAN/PR. Dessa forma, garantem-se os atos de cobrança em dívida ativa, com a inserção do antigo proprietário no polo passivo, uma vez que o fisco desconhece a alienação, em face da omissão do vendedor;

2. altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 9º, aperfeiçoando a redação dos dispositivos, excluindo menção ao "lançamento por homologação", uma vez que, para o IPVA, o lançamento se dá de ofício, para os veículos usados, e por homologação, para os veículos novos;

3. possibilita o pagamento do imposto com redução de até dez por cento, para o contribuinte que optar em efetuar o pagamento do IPVA em parcela única e em prazo diferenciado, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo, com a finalidade de estimular a antecipação do pagamento e o seu recolhimento à vista, reduzir os custos bancários e de processamento incidentes, quando a opção do contribuinte é pelo pagamento em parcelas, e os índices de inadimplência. Além disso, em razão do rateio de 50% da arrecadação do IPVA entre Estado e Municípios, os resultados esperados terão efeitos positivos diretos para os Tesouros Municipais que, via de regra, enfrentam desafios sazonais com suas despesas de custeio;

4. altera a redação do Parágrafo único do art. 11-A, para autorizar a inscrição em dívida ativa de débitos pendentes do exercício corrente, hoje possível somente na hipótese de ordem judicial, para os casos de atos administrativos que resultem em perdimento do veículo a favor do Poder Público, para viabilizar a desvinculação do débito do bem;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.373.534-8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 27 OUT. 2014

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

5. ajusta a redação da alínea "b" do inciso II do art. 13 ao texto constitucional (alínea "c" do inciso VI do art. 150);

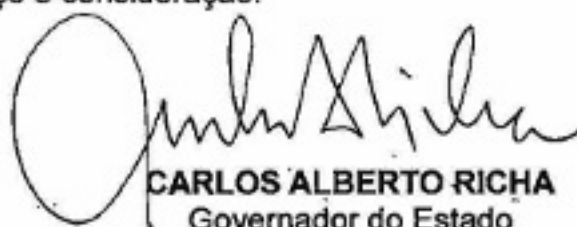
6. altera a redação do § 2º do art. 13, atualizando o dispositivo e remetendo à legislação federal a forma de obtenção de documento necessário para a dispensa do imposto, uma vez que a competência de credenciamento das instituições de assistência social é dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação da entidade, precedido de inscrição nos conselhos locais;

7. altera a redação da alínea "b" do inciso V do art. 14, implementando disposição da Lei nº 16.945, de 18 de novembro de 2011, que classifica, para todos os efeitos legais, no âmbito do território paranaense, a visão monocular como deficiência visual.

- o art. 2º visa regularizar os débitos pendentes dos exercícios 2008/2009, com base nos princípios da eficiência e da economicidade, em razão de que os valores pendentes não compensam os custos com inscrição em dívida ativa e ajuizamento, além do decurso do prazo prescricional, com fundamento no conceito de lançamento de ofício.

Segundo informação da Inspeção Geral de Arrecadação da Coordenação da Receita do Estado, para o exercício de 2008 verificou-se a inadimplência de 2,2% dos contribuintes, que representa um número de 138.305 débitos, e totaliza o montante de R\$ 24.979.000,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e nove mil reais) a dispensar, e, para o exercício de 2009 verificou-se a inadimplência de 2,5% dos contribuintes, que representa um número de 175.203 débitos, e totaliza o montante de R\$ 34.023.000,00 (trinta e quatro milhões e vinte e três mil reais) a dispensar, o que resulta no valor médio, por débito, de R\$ 180,61 e de R\$ 194,19, respectivamente, por exercício, valores que não justificam procedimentos de cobrança e a inscrição desses débitos em dívida ativa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 14260 - 22 de Dezembro de 2003

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 6632 de 23 de Dezembro de 2003

(vide Lei 17027 de 21/12/2011) (vide Lei 17027 de 21/12/2011)

Súmula: Estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica estabelecido, através da presente lei, o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8.216, de 31 de dezembro de 1985, e mantido no âmbito de competência do Estado pelo art. 155, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

Parágrafo único. ~~Para efeito da incidência do imposto, considera-se veículo automotor qualquer veículo terrestre, aéreo ou aquático, dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar, destinado ao transporte de pessoas e coisas.~~

Parágrafo único. Para efeito da incidência do imposto, considera-se veículo automotor qualquer veículo terrestre dotado de força motriz própria de qualquer tipo, ainda que complementar, destinado ao transporte de pessoas e coisas.
(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

CAPÍTULO I

Do Fato Gerador

Art. 2º. O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor e será devido anualmente.

§ 1º. Ocorre o fato gerador do imposto:

- a) na data da primeira aquisição de veículo automotor novo por consumidor final;
- b) na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo automotor importado do exterior por consumidor final, diretamente ou por meio de terceiros;
- c) na data do arremate em leilão de veículo automotor que se encontrava ao abrigo do disposto no artigo 13;
- d) na data da incorporação de veículo automotor ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador;
- e) no primeiro dia de cada ano, em relação aos veículos automotores adquiridos em anos anteriores;
- f) na data da emissão, pela empresa montadora, da nota fiscal relativa à saída de veículo automotor, cuja montagem, em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi, haja sido encomendada por consumidor final;
- g) na data do arremate em leilão de veículo automotor novo;
(Incluído pela Lei 17027 de 21/12/2011)

§ 2º. Considera-se ocorrido o fato gerador, tratando-se de veículo automotor usado:



a) que não se encontrava sujeito à tributação, na data em que se der o fato ensejador da perda da imunidade ou da isenção;

b) transferido de outra unidade federada, no primeiro dia do ano subsequente.

§ 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se:

a) novo, o veículo automotor sem uso, até a sua saída promovida por revendedor ou diretamente do fabricante ao consumidor final;

b) consumidor final, a pessoa física ou jurídica proprietária de veículo automotor destinado ao uso próprio ou em sua atividade empresarial.

§ 4º. O disposto na alínea "e" do parágrafo 1º deste artigo não se aplica a veículo automotor destinado à revenda cuja propriedade seja de fabricante, revendedor ou de importador e que nunca tenha pertencido a consumidor final.

§ 5º. Em relação a veículo automotor registrado, matriculado ou inscrito neste Estado, o imposto incide independentemente do local de domicílio do proprietário.

Capítulo II

Da Base de Cálculo

Art. 3º. A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor, observando-se:

I - no caso de veículo novo, o valor total constante do documento fiscal de aquisição, incluído o dos opcionais e acessórios;

II - quando se tratar de veículo importado não licenciado no país, o valor constante do documento de importação, convertido em moeda nacional pela mesma taxa cambial utilizada no cálculo dos tributos federais, acrescido dos valores dos tributos incidentes e despesas decorrentes da importação, ainda que não pagos;

~~**III** - no caso de arremate em leilão de veículo que se encontrava ao abrigo do disposto no artigo 13, o valor da arrematação acrescido dos tributos incidentes e das despesas debitadas ao arrematante;~~

III - no caso de arremate em leilão de veículo novo, ou que se encontrava ao abrigo do disposto no art. 13, o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação;

(Redação dada pela Lei 17027 de 21/12/2011)

IV - no caso de veículo incorporado ao ativo permanente do fabricante, revendedor ou importador, o valor do custo de aquisição, constante do documento fiscal relativo à aquisição, ou de fabricação;

V - quando se tratar de veículo montado por encomenda de consumidor final, em local diverso de estabelecimento fabricante do chassi, o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos à aquisição de partes e peças e aos serviços prestados, não podendo ser este somatório inferior ao valor médio de mercado;

~~**VI** - no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, ressalvado o contido nos parágrafos 7º e 8º deste artigo, observando-se:~~

~~**VI** - No caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, ressalvado o contido nos parágrafos 7º e 8º deste artigo, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação;~~

(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

VI - no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante na tabela de valores venais para cálculo do IPVA, publicada por ato do Poder Executivo, ressalvado o contido nos §§ 7º e 8º, deste artigo, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

(Redação dada pela Lei 17027 de 21/12/2011)



~~a) em relação aos veículos aéreos, peso máximo de decolagem e ano de fabricação;
(Revogado pela Lei 14558 de 15/12/2004)~~

~~b) em relação aos veículos aquáticos, potência do motor, comprimento, tipo de casco e ano de fabricação;
(Revogado pela Lei 14558 de 15/12/2004)~~

~~c) em relação aos veículos terrestres, marca, modelo, espécie e ano de fabricação;
(Revogado pela Lei 14558 de 15/12/2004)~~

§ 1º. Nas hipóteses dos incisos I a V deste artigo e da alínea "a" do parágrafo 2º do artigo 2º, a base de cálculo será calculada em 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, a partir da data da ocorrência do fato gerador do imposto.

~~§ 2º. No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão ou estelionato, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.~~

~~§ 2º. No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão, estelionato ou apropriação indébita, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.
(Redação dada pela Lei 14553 de 02/12/2004)~~

○ § 2º. No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão, estelionato ou apropriação indébita, será devido o imposto na razão de um doze avos por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato.
(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

§ 3º. Na hipótese do parágrafo anterior, caso o veículo venha a ser recuperado, o imposto do exercício em que ocorrer a recuperação será devido na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados a partir daquele em que tenha sido expedido o Auto de Entrega pelo órgão competente, na forma e prazo previstos em Instrução da Secretaria da Fazenda, ficando dispensada a cobrança do imposto relativo ao período em que o veículo esteve fora da posse direta do seu proprietário.

§ 4º. A tabela de que trata o inciso VI do caput deste artigo, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente, devendo ser publicada até o último dia do exercício anterior, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

§ 5º. Os veículos automotores cujo valor do imposto resultar em montante inferior ao equivalente a R\$50,00 (cinquenta reais), terão este valor como carga tributária mínima sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1º a 3º deste artigo.

○ ~~§ 6º. As aeronaves com mais de vinte anos de fabricação aplicar-se-á a mesma base de cálculo prevista para aeronaves com vinte anos de fabricação, constante da tabela a que se refere o inciso VI do caput deste artigo.
(Revogado pela Lei 14558 de 15/12/2004)~~

~~§ 7º. Em relação aos veículos automotores não constantes na tabela a que se refere o inciso VI do caput deste artigo, a base de cálculo será o valor equivalente a 85% do valor da nota fiscal de aquisição.~~

§ 7º. Em relação aos veículos automotores não constantes na tabela a que se refere o inciso VI do caput deste artigo, a base de cálculo será o valor equivalente a 85% do valor da nota fiscal de aquisição, ou, na falta desta, o valor constante em tabela complementar de valores venais para cálculo do IPVA, aprovada pelo Secretário da Fazenda mediante Resolução.
(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

§ 8º. Em sendo comprovada a incompatibilidade das especificações do veículo automotor, tendo-se em vista os dados cadastrais existentes no sistema, com a base de cálculo atribuída na forma do inciso VI do caput deste artigo, observado o disposto em Instrução da Secretaria da Fazenda, poderá ser adotado o valor:

a) de veículo similar, constante da tabela ou existente no mercado;

b) arbitrado pela autoridade administrativa, na hipótese de ser inviável a aplicação do disposto na alínea anterior.

§ 9º. É irrelevante para a determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado.



Capítulo III Das Alíquotas

Art. 4º. As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para:

~~a) ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR, ou cadastrados na Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná - SeFa/PR, na categoria aluguel ou espécie carga;~~

a) ônibus, micro-ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos automotores registrados no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, ou cadastrados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná - SEFA/PR, na categoria aluguel ou espécie carga, conforme classificação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
(Redação dada pela Lei 16735 de 27/12/2010)

b) veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil;

c) veículos automotores que utilizem o Gás Natural Veicular (GNV).

(Incluído pela Lei 14505 de 23/09/2004)

~~II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no Detran/PR ou cadastrados na SeFa/PR;~~

~~II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR, inclusive caminhonete ou camioneta com capacidade para cinco passageiros ou mais;~~
(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

II - 2,5% (dois e meio por cento) para os demais veículos automotores registrados no DETRAN/PR ou cadastrados na SEFA/PR.

(Redação dada pela Lei 16735 de 27/12/2010)

Capítulo IV Do Contribuinte e do Responsável

Art. 5º. Contribuinte do IPVA é a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

~~**Parágrafo único.** Na hipótese de veículo automotor cedido pelo regime de arrendamento mercantil, contribuinte é a empresa arrendadora;~~

§ 1º. Na hipótese de veículo automotor cedido pelo regime de arrendamento mercantil, contribuinte é a empresa arrendadora.

(Redação dada pela Lei 17027 de 21/12/2011)

§ 2º. Considera-se também contribuinte do imposto o comprador identificado no comunicado de venda de veículo registrado no DETRAN/PR, em relação ao fato gerador ocorrido após a data da compra.

(Incluído pela Lei 17027 de 21/12/2011)

Art. 6º. São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido:

I - solidariamente:

a) o despachante que tenha promovido o despacho de registro e licenciamento do veículo automotor sem o pagamento do IPVA;

b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;

c) o adquirente de veículo automotor com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;

d) o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

e) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo automotor, independentemente do local de domicílio do proprietário;

f) qualquer pessoa que tenha, em seu próprio nome, requerido o parcelamento de débito de IPVA;



II - as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional.

Parágrafo único. O tributo pode ser exigido do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último sub-rogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

Capítulo V

Do Cadastro e da Fiscalização

Art. 7º. A Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná poderá instituir, isolada ou em conjunto com outros órgãos públicos, federal ou estadual, o cadastro de proprietários de veículos automotores contribuintes do IPVA.

§ 1º. O cadastro de veículos será mantido atualizado:

I - pelo Detran/PR;

II - pela Sefa/PR, na forma estabelecida em Instrução da referida Secretaria, em relação às embarcações e aeronaves.

~~§ 2º. O Detran/PR não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores e do exercício corrente.~~

§ 2º. O DETRAN/PR não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, sem a quitação integral do imposto devido nos exercícios anteriores e do exercício corrente, ressalvada a possibilidade de concessão ao licenciamento caso haja a formalização de parcelamento dos débitos do IPVA dos exercícios anteriores ao corrente.

(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)

~~§ 3º. É obrigatória a inscrição do contribuinte do IPVA nos órgãos responsáveis pela matrícula, inscrição ou registro de veículo aéreo, aquático ou terrestre, devendo os referidos órgãos fornecer à Sefa/PR os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.~~

§ 3º. É obrigatória a inscrição do contribuinte do IPVA no órgão responsável pelo registro de veículo automotor, devendo o referido órgão fornecer à SEFA/PR os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.

(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

§ 4º. No caso de transferência de propriedade de veículo automotor, o proprietário que estiver efetuando a transferência deverá comunicar o fato ao órgão responsável pela matrícula, inscrição ou registro do veículo.

Art. 8º. Compete à Sefa/PR, com auxílio do Detran/PR, da Polícia Militar do Estado e, na forma de convênio com a Polícia Rodoviária Federal e com os municípios, fiscalizar a execução desta lei.

Capítulo VI

Do Lançamento

Art. 9º. O lançamento do IPVA dar-se-á anualmente por homologação ou de ofício.

~~§ 1º. A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná, emitindo e enviando-lhes documento para instituir o lançamento do IPVA por homologação e correspondente pagamento, o qual deverá conter a identificação do veículo automotor e a indicação da base de cálculo, alíquota e valor do tributo, bem como a forma e o prazo de pagamento.~~

§ 1º. A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná, publicando edital de lançamento no Diário Oficial do Estado - DOE, que conterá



~~a tabela de valores venais aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o calendário de vencimento da obrigação tributária e a forma de obtenção do documento de pagamento, edital esse que ficará disponível na página da internet "http://www.fazenda.pr.gov.br" da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA. (Redação dada pela Lei 16353 de 23/12/2009)~~

§ 1º. A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná, emitindo e enviando-lhes documento para instituir o lançamento do IPVA por homologação e correspondente pagamento, o qual deverá conter a identificação do veículo automotor e a indicação da base de cálculo, alíquota e valor do tributo, bem como a forma e o prazo de pagamento.
(Redação dada pela Lei 16735 de 27/12/2010)

§ 2º. O sujeito passivo promoverá o pagamento do crédito tributário relativo ao IPVA, sujeito à homologação, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda, ficando extinto o crédito tributário correspondente, nos termos do artigo 156, VII, do Código Tributário Nacional.

~~**§ 3º.** O não pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa, correção monetária e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.~~

~~**§ 3º.** O não pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.
(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)~~

§ 3º. A falta de pagamento do IPVA no prazo legal implicará a exigência de multa e de juros de mora, nos termos desta Lei.
(Redação dada pela Lei 16353 de 23/12/2009)

Art. 9º-A. Nos casos de comprovação de erro no lançamento, o Diretor da Coordenação da Receita do Estado poderá conceder novo prazo de pagamento do imposto, corrigido monetariamente, dispensando-se os demais acréscimos legais, sem prejuízo dos benefícios previstos no § 2º e na alínea "a" do § 3º, do art. 11.
(Incluído pela Lei 17027 de 21/12/2011)

Capítulo VII **Do Vencimento**

Art. 10. O IPVA terá seu vencimento na data da ocorrência do fato gerador de que trata o artigo 2º.

Capítulo VIII **Do Pagamento**

Art. 11. O IPVA deverá ser pago:
(vide ADIN 4016-0)

I - na hipótese da alínea "e" do parágrafo 1º do artigo 2º, sem acréscimos legais, nas datas fixadas em Instrução da Sef/PR;

II - nas hipóteses das alíneas "a", "b", "c", "d" e "f" do parágrafo 1º, e da alínea "a" do parágrafo 2º, ambos do artigo 2º, no prazo de até trinta dias da data da aquisição, do desembaraço aduaneiro, da arrematação em leilão, da incorporação do veículo ao ativo permanente, da saída do veículo automotor montado sob encomenda do consumidor final em local diverso do estabelecimento fabricante do chassi ou da perda da imunidade ou da isenção, respectivamente.

§ 1º. O local, a forma e o calendário de pagamento do IPVA, atendendo os prazos definidos nesta lei, serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda, devendo o recolhimento ser efetuado junto à rede bancária autorizada pela Sef/PR.

§ 2º. O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até cinco parcelas iguais, mensais e consecutivas, com eventuais arredondamentos monetários acrescidos na parcela inicial, sendo a primeira no mês de março e a última no mês de julho, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria da Fazenda.

~~**§ 3º.** Para o pagamento do imposto, em parcela única, será concedida redução de:~~



§ 3º. O pagamento do imposto poderá ser efetuado:

(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

~~a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;~~

a) com redução de cinco por cento do valor devido, em parcela única, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;
(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

~~b) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no mês de março, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;~~

b) sem redução do valor devido, para pagamento no mês de março, em parcela única, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;
(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

~~c) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso II deste artigo;~~

(Revogado pela Lei 15747 de 24/12/2007)

~~§ 4º. Para os fins de disposto no parágrafo 2º;~~

§ 4º. Para fins do disposto no § 2º:

(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

~~a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de atualização monetária, multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela;~~

a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela;

(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

~~b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas nos prazos previstos, o saldo pendente de pagamento será acrescido de atualização monetária, juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada;~~

b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas nos prazos previstos, o saldo pendente de pagamento será acrescido de juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada.

(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

§ 5º. No caso de ocorrer pagamento indevido do IPVA:

a) o valor recolhido a maior poderá ser imputado em pagamento de outros débitos do IPVA do mesmo sujeito passivo, observado o contido em Instrução da Secretaria da Fazenda;

b) em havendo saldo remanescente, a restituição do indébito será feita a requerimento do contribuinte ou do responsável à autoridade fazendária, que procederá a devolução com correção monetária, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, tomando-se por termo inicial a data do pagamento indevido e por termo final a data do despacho que deferir a restituição.

~~**Art. 11A.** Os débitos do IPVA, de exercícios anteriores ao corrente, serão automaticamente inscritos em dívida ativa caso não sejam quitados até o último dia útil deste mesmo exercício.
(Incluído pela Lei 14957 de 21/12/2005)~~

Art. 11A. Poderão ser inscritos em dívida ativa os débitos do IPVA de exercícios anteriores ao corrente, caso não sejam quitados até o último dia útil do exercício anterior.

(Redação dada pela Lei 16015 de 19/12/2008)

Parágrafo único. Poderão também ser inscritos em dívida ativa os débitos de IPVA do exercício corrente em razão de ordem judicial com a finalidade de desvincular o débito da propriedade de veículo.

(Incluído pela Lei 16015 de 19/12/2008)

Art. 11B. Ficam suspensas, com vistas a ajuizamento, as expedições de certidão de Dívida Ativa dos débitos do IPVA, cujos montantes atualizados e devidos pelo contribuinte não excedam a UPF/PR, observado o prazo prescricional.

(Incluído pela Lei 14957 de 21/12/2005)



Capítulo IX **Do Parcelamento**

~~**Art. 12.** No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.~~

Art. 12. No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 5 (cinco) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

(Redação dada pela Lei 17027 de 21/12/2011)

§ 1º. O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º. O pedido de parcelamento implica reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 3º. O pedido de parcelamento deverá ser subscrito pelo solicitante, que se identificará devidamente.

~~§ 4º. Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento integral de três parcelas ou o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela.~~

§ 4º. Acarretará rescisão do parcelamento o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela.

(Redação dada pela Lei 15336 de 22/12/2006)

~~§ 5º. Rescindido o parcelamento, o saldo do crédito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída a certidão para início ou prosseguimento da cobrança executiva.~~

§ 5º. Rescindido o parcelamento, o saldo do crédito tributário será inscrito em dívida ativa ou substituída a certidão para início ou prosseguimento da cobrança executiva, observado o contido no art. 11-B.

(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)

~~§ 6º. O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, à atualização monetária e a juros calculados sobre o saldo devedor.~~

§ 6º. O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, a juros calculados sobre o saldo devedor.

(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

Capítulo X **Da Não-Incidência e da Isenção**

Art. 13. O IPVA não incide sobre veículos de propriedade:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - das entidades a seguir relacionadas, desde que o veículo esteja vinculado com as suas finalidades essenciais ou com as delas decorrentes:

a) de autarquia ou fundação instituída e mantida pelo poder público;

b) de instituição de educação ou de assistência social;

c) de partido político, inclusive suas fundações;



d) de entidade sindical de trabalhador.

e) templos de qualquer culto.

(Incluído pela Lei 17400 de 18/12/2012)

§ 1º. A não-incidência de que trata as alíneas "b", "c" e "d" do inciso II condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nelas referidas, sem prejuízo do contido no parágrafo 2º deste artigo:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

~~§ 2º. A não-incidência de que trata a alínea "b" do inciso II condiciona-se à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social ou Conselho Nacional de Assistência Social.~~

§ 2º. A não incidência de que trata a alínea "b", do inciso II se condiciona à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou, quando este não existir no município, de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

(Redação dada pela Lei 17027 de 21/12/2011)

§ 3º. Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a não-incidência.

§ 4º. Instrução da Secretaria da Fazenda disporá sobre a forma de reconhecimento da não-incidência.

Art. 14. São isentos do pagamento do IPVA, os veículos automotores:

I - terrestres que, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Organismos Internacionais, de caráter permanente, e de propriedade dos respectivos funcionários estrangeiros indicados pelo Ministério das Relações Exteriores;

III - utilizados no transporte público de passageiros na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, e por ele utilizado na sua atividade profissional;

~~IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão pública;~~

IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, cedida por concessão ou permissão pública;

(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)

~~V - de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas;~~

~~V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas;~~

(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)

~~V - de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas;~~

(Redação dada pela Lei 15052 de 17/04/2006)

~~V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potências não superiores a 125 CV, limitando-se tais isenções a um veículo por contribuinte, sem prejuízo das isenções já concedidas;~~

(Redação dada pela Lei 15336 de 22/12/2006)



V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potência não superior a 155 CV, limitado a um veículo por beneficiário; (Redação dada pela Lei 17027 de 21/12/2011)

~~a) é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicgia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;~~

a) é considerada pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicgia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

b) é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°, ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

~~e) o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos curadores;~~

~~e) o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos curadores, e no caso de menor de idade com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista, pelos pais ou responsáveis legais;~~
(Redação dada pela Lei 15952 de 17/04/2006)

c) o veículo automotor será adquirido ou arrendado em nome do portador da deficiência ou de seu representante legal e, no caso dos interditos, pelos curadores;
(Redação dada pela Lei 15336 de 22/12/2006)

d) adotar-se-á a definição dada no ato conjunto editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde, de que trata o § 4º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, na redação dada pela Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, para fins de conceituação de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, bem como as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas;

e) os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata o inciso V.

VI - destinados, exclusivamente, ao transporte escolar, cuja propriedade ou posse decorrente de contrato de arrendamento mercantil seja de pessoa física ou prefeitura municipal;

VII - tipo embarcação, de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira;

VIII - apreendidos pelo Detran/PR, que venham a ser leiloados pelo próprio órgão;

~~**IX** - com mais de 20 anos de fabricação, excetuadas as aeronaves e embarcações;~~

IX - com mais de vinte anos de fabricação.
(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)

§ 1º. O benefício de que trata o inciso II fica condicionado à existência de reciprocidade de tratamento tributário, declarada pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º. ...Vetado...

a) ...Vetada...

b) ...Vetada...



§ 3º. Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a isenção.

§ 4º. O reconhecimento das isenções far-se-á na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda.

X - ...Vetado...

XI - classificados quanto à espécie como motocicletas cujos motores não excedam a 125 cilindradas e que possuam mais de 10 anos de fabricação.
(Incluído pela Lei 14957 de 21/12/2005)

Capítulo XI

Da Penalidade

Art. 15. O infrator à legislação do IPVA fica sujeito à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do IPVA não pago no prazo devido.

Parágrafo único. A multa prevista no *caput* deste artigo:

I - será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte àquele em que tenha expirado o prazo de pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor imposto devido, por dia de atraso;

~~**II -** será aplicada sobre o valor de imposto monetariamente atualizado.~~

II - será aplicada sobre o valor do imposto.
(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)

Capítulo XII

Do Processo Administrativo Fiscal

~~**Art. 16.** O lançamento de ofício do imposto, pela Coordenação da Receita do Estado, será efetuado mediante a emissão de notificação fiscal ou auto de infração.~~

Art. 16. O lançamento de ofício do imposto, pela Coordenação da Receita do Estado, será efetuado, mediante a emissão de notificação fiscal, subsidiariamente ao previsto no art. 11-A, ou auto de infração.
(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)

Art. 17. A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas dar-se-ão através de processo administrativo fiscal, cujas folhas serão numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas, obedecendo, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

I - Da Notificação Fiscal e do Auto de Infração

A formalização da exigência de crédito tributário dar-se-á mediante a emissão de notificação fiscal, efetuada por processo eletrônico, mediante publicação de edital no Diário Oficial do Estado, ou lavratura de auto de infração, por funcionário da Coordenação da Receita do Estado no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária, observando-se que:

a) a notificação fiscal e o auto de infração não deverão apresentar rasuras, entrelinhas ou emendas e neles descrever-se-á, de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo ainda conter:

1 - o local e a data da emissão;

2 - a identificação do sujeito passivo;

3 - o dispositivo infringido e a penalidade aplicável;

4 - o valor do crédito tributário relativo ao IPVA, quando devido, demonstrado em relação a cada ano;

5 - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;

6 - a identificação funcional do auditor fiscal e sua assinatura, ficando esta dispensada no caso de lançamento emitido por processo eletrônico;

b) as eventuais falhas da notificação fiscal ou do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo;

c) a Sef/PR manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativo fiscais;



II - Intimação

a) a intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa, bem como da decisão de que trata o inciso VIII deste artigo, far-se-á:

1 - no caso de notificação fiscal, por publicação no Diário Oficial do Estado;

2 - no caso de auto infração, pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante ou preposto, de cópia do auto de infração exigindo-se recibo datado e assinado na via original, ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica, com prova do recebimento, ou, alternativamente, por publicação única no Diário Oficial do Estado ou no jornal de maior circulação na região do domicílio do sujeito passivo.

b) considerar-se-á efetuada a intimação, dependendo do meio utilizado:

1 - trinta dias da publicação do edital;

2 - na data da ciência do intimado;

3 - na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, ou, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

III - Da Reclamação

Reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo sujeito passivo, no prazo de trinta dias, a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada em repartição fiscal pelo sujeito passivo e nela este aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação;

IV - Contestação

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, para manifestação, no prazo de trinta dias, sobre as razões oferecidas pelo sujeito passivo, ao autor do procedimento ou, no caso de notificação fiscal, ao funcionário designado pela Delegacia Regional da Receita do domicílio tributário do sujeito passivo;

V - Diligências

O chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem consideradas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

VI - Parecer

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até quinze dias do recebimento, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

VII - Revisão de Notificação Fiscal e de Auto de Infração

Se, após a emissão da notificação fiscal ou do auto de infração e antes da decisão de 1ª Instância, for verificado erro na capitulação da pena, existência de sujeito passivo solidário ou falta que resulte em agravamento da exigência, será emitida notificação fiscal ou auto de infração de revisão, do qual será intimado o autuado e o solidário, se for o caso, abrindo-se prazo de trinta dias para apresentação de reclamação;

VIII - Julgamento em Primeira Instância

O julgamento do processo, em primeira instância, compete ao diretor da Coordenação da Receita do Estado da Sef/PR, que poderá delegá-la, sendo que antes de proferir a decisão a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado;

**XIX - Dos Recursos para Segunda Instância**

As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância, observando-se que:

a) os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

1 - de ofício, da decisão favorável ao sujeito passivo, desde que o montante atualizado do crédito tributário julgado improcedente seja superior ao valor equivalente a 100 (cem) Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná - UPF/PR, do mês da emissão da notificação fiscal ou do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão, no final desta;

2 - ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão;

b) o recurso ordinário interposto intempestivamente antes da inscrição do crédito tributário correspondente em dívida ativa, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a preclusão;

c) o rito processual em segunda instância obedecerá às normas previstas em lei complementar;

X - Vista dos Autos

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista dos autos na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo, e permitido o fornecimento de cópias autenticadas ou certidões por solicitação do interessado, lavrando o servidor termo com indicação das peças fornecidas;

XI - Decisões Finais

As decisões são finais e irrevogáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recursos ou se esgotarem os prazos para tal procedimento, observando-se que:

a) após decorrido o prazo para oferecimento de recursos, as decisões finais favoráveis ao Estado, serão executadas mediante intimação do sujeito passivo pela Coordenação da Receita do Estado, observado no que couber o disposto no inciso II deste artigo, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa;

~~b) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea "a" deste inciso.~~

b) o encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista na alínea "a" deste inciso, observado o contido no art. 11-B.

(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)

XII - Da Parte do Crédito Tributário Não Impugnado

Se o sujeito passivo concordar apenas parcialmente com a exigência ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

Capítulo XIII**Da Repartição da Receita**

Art. 18. A parcela do produto da arrecadação do IPVA pertencente:

I - ao Estado, será repassada pelo estabelecimento bancário na forma e prazo estabelecidos pela Sefaz/PR;

II - ao município do licenciamento, registro ou matrícula do veículo automotor, será creditada na forma da legislação federal relativa à matéria e dos convênios porventura firmados entre as prefeituras e a instituição financeira arrecadadora, deduzidas as importâncias correspondentes às devoluções de indébitos.

Capítulo XIV**Das Disposições Finais**

~~**Art. 19.** Fica o secretário da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários relativos ao IPVA~~

~~cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$30,00 (trinta reais).~~

~~**Art. 19.** Fica o Secretário da Fazenda autorizado, mediante ato administrativo, a reemitir créditos tributários, ajuizados ou não, lançados com antecedência de 4 (quatro) anos ao exercício corrente, relativos ao IPVA, cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais).~~

~~(Redação dada pela Lei 15336 de 22/12/2006)~~

Art. 19. Fica o Secretário de Estado da Fazenda, mediante ato administrativo, autorizado a cancelar os créditos tributários, ajuizados ou não, lançados com antecedência de quatro anos ao exercício corrente, relativos ao IPVA, cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

(Redação dada pela Lei 16353 de 23/12/2009)

~~**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhidas.~~

~~(Revogado pela Lei 15336 de 22/12/2006)~~

Art. 20. Os créditos tributários relativos ao IPVA, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2003, expressos em UFIR ou FCA, inclusive atualização monetária e multa, serão convertidos em reais a partir da mencionada data, observados os índices vigentes nas datas dos respectivos exercícios dos fatos geradores.

○ **Art. 21.** Aplicam-se ao IPVA os créditos e coeficientes previstos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito;

II - de cobrança de juros de mora.

~~**Art. 22.** Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2004, que constitui o Anexo Único desta Lei.~~

~~**Art. 22.** Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2005, que constitui o Anexo Único desta Lei.~~

~~(Redação dada pela Lei 14558 de 15/12/2004)~~

~~**Art. 22.** Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2006, que constitui o Anexo Único desta Lei.~~

~~(Redação dada pela Lei 14957 de 21/12/2005)~~

~~**Art. 22.** Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2007, que constitui o Anexo Único desta Lei.~~

○ ~~(Redação dada pela Lei 15336 de 22/12/2006)~~

~~**Art. 22.** Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA, para o exercício de 2008, e que constitui o Anexo Único desta Lei.~~

~~(Redação dada pela Lei 15747 de 24/12/2007)~~

Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de preços médios de veículos, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA para o exercício de 2009, e que constitui o Anexo Único desta Lei.

(Redação dada pela Lei 16015 de 19/12/2008)

Art. 23. Em relação aos veículos usados, o Detran/PR poderá enviar aviso ao sujeito passivo informando o valor do imposto devido e a data do vencimento, conjuntamente com o do licenciamento.

Art. 23-A. A Secretaria de Estado da Fazenda manterá Setor Consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas relativas ao IPVA, formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias.

(Incluído pela Lei 16015 de 19/12/2008)

Parágrafo único. As respostas às consultas:

(Incluído pela Lei 16015 de 19/12/2008)

a) serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado por meio de publicação periódica;



(Incluído pela Lei 16015 de 19/12/2008)

b) servirão como orientação geral da Secretaria de Estado da Fazenda em casos similares;
(Incluído pela Lei 16015 de 19/12/2008)

c) não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao IPVA, constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

(Incluído pela Lei 16015 de 19/12/2008)

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de dezembro de 2003.

Roberto Requião
Governador do Estado

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

Caíto Quintana
Chefe da Casa Civil



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo6253_690.xls
	anexo6253_691.rtf
	anexo6253_692.doc
	anexo6253_693.rtf
	anexo6253_694.rtf

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguazu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 426/2014

Projeto de Lei nº 426/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 92/2014

Súmula: Alteração de dispositivos da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

EMENTA: ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI N. 14.260, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PERTINENTE AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMÓTORES - IPVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24, 61 E 150 DA CF. ARTS. 13, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 26 DA LEI ESTADUAL Nº 8.485/87. ARTS. 1º E 2º DECRETO ESTADUAL Nº 2.838/97. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 92/2014, dispõe sobre a Alteração de dispositivos da Lei n. 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

A **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ** em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Além disso, a Lei Estadual nº 8.485 de 03 de junho de 1987, dispõe sobre as competências da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** mais especificamente em seu artigo nº 26 que assim determina:

Art. 26. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Fazenda compreende: a análise e a avaliação permanente da economia do Estado; a formulação e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração pública; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e o controle de custos na administração direta; a análise da viabilidade de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e de capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Nesta esteira, o campo de atuação e competência da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no dia 15 de janeiro de 1997, foi aprovado Regulamento dessa Secretaria vide Decreto n.º 2.838:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

XIII - defesa dos capitais do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;

Assim, é preciso observar que a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.

Assim, resta claro que como o chefe do Poder Executivo detém competência para criar as Leis em comento, também possui a prerrogativa de alterá-las.

Com relação à Lei Complementar Federal nº 101/00 e à Lei Complementar Federal nº 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

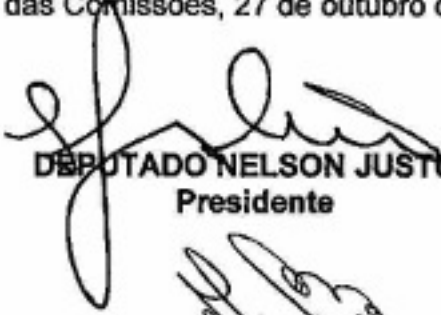


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


Dip. Ademair Leão
Relator


Dep. Cali



Dep. Henrique


Dep. Turini


Dep. Alcides


Dep. Sauer


Dep. Romualdo


Dep. Pastor

APROVADO
23/10/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Sampaio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 426/2014

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 092/2014, tem como objetivo alterar dispositivos da Lei 14.260, de 22 de dezembro de 2003, a qual estabelece regras sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Sendo que, as principais disposições da proposta são:

1. **Acrescenta a alínea “g” ao inciso I do art. 6º** a pedido da Procuradoria Geral do Estado - PGE, a fim de atribuir responsabilidade solidária ao proprietário, quando este vender o veículo e não registrar o comunicado de venda no DETRAN/PR. Dessa forma, garantem-se os atos de cobrança em dívida ativa, com a inserção do antigo proprietário no polo passivo, uma vez que o fisco desconhece a alienação, em face da omissão do vendedor;
2. **Possibilita o pagamento do imposto com redução de até dez por cento, para o contribuinte que optar em efetuar o pagamento do IPVA em parcela única** e em prazo diferenciado, nos termos estabelecidos em ato do Poder Executivo, com a finalidade de estimular a antecipação do pagamento e o seu recolhimento à vista, reduzir os custos bancários e de processamento incidentes, quando a opção do contribuinte é pelo pagamento em parcelas, e os índices de inadimplência. Além disso, em razão do rateio de 50% da arrecadação do IPVA entre Estado e Municípios, os resultados esperados terão efeitos positivos diretos para os Tesouros Municipais que, via de regra, enfrentam desafios sazonais com suas despesas de custeio;
3. **Altera a redação do parágrafo único do art. 11-A**, para autorizar a inscrição em dívida ativa de débitos pendentes do exercício corrente, hoje possível somente na hipótese de ordem judicial, para os casos de atos administrativos que resultem em perdimento do veículo a favor do Poder Público, para viabilizar a desvinculação do débito do bem;
4. **Altera a redação da alínea “b” do inciso V do art. 14**, implementando disposição da Lei nº 16.945, de 18 de novembro de 2011, que classifica, para todos os efeitos legais, no âmbito do território paranaense, a visão monocular como deficiência visual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

5. Regulariza os débitos pendentes dos exercícios 2008/2009, com base nos princípios da eficiência e da economicidade, em razão de que os valores pendentes não compensam os custos com inscrição em dívida ativa e ajuizamento, além do decurso do prazo prescricional, com fundamento no conceito de lançamento de ofício.

Analisando a proposição sob a mira desta Comissão de Finanças, em cumprimento às obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação.

Pelo exposto, esta Comissão de Finanças manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 426/2014.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 29/10/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

Dep. Prof. Lemos

Dep. Wilson

Dep. Navega



PROJETO DE LEI 427/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Autorização para a reativação dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei n. 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, nas condições que especifica:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza a reativação dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei n. 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, rescindidos em razão do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 21 da referida Lei, observadas as seguintes condições:

I - o requerimento para reativação, encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda ou à autoridade a quem esse delegar tal competência, deverá ser protocolizado até 20 de novembro de 2014;

II - as parcelas cujo vencimento original tenha ocorrido até a data do deferimento do pedido deverão ser quitadas integralmente em até cinco dias úteis contados da ciência do seu deferimento;

III - a homologação da reativação do parcelamento de que trata esta lei somente ocorrerá após:

- a) o cumprimento do disposto no inciso II deste artigo;
- b) a regularização, se for o caso, das GIA/ICMS que ocasionaram a rescisão do parcelamento e das posteriores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo:

I - aplica-se inclusive aos créditos tributários que foram objeto de reparcèlement;

II - não autoriza a restituição de importâncias já recolhidas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MENSAGEM

Nº 093/2014

Curitiba, 14 de outubro de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 27 OUT. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 27/10/2014

Presidente

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a reativação dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, nas condições que especifica.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelos contribuintes paranaenses, decorrentes da desaceleração econômica observada desde os meados de 2013, acentuada nos últimos meses, e a necessidade de ofertar aos contribuintes paranaenses condições para que possam concorrer adequadamente no mercado, o presente Anteprojeto de Lei pretende autorizar a reativação dos parcelamentos concedidos com base na Lei nº 17.082, de 2012, que oportunizou ao contribuinte do ICMS, do IPVA e do ITCMD, a regularização de créditos tributários pendentes, diante da rescisão dos parcelamentos celebrados sob a égide da mencionada lei, em razão das dificuldades dos contribuintes em adimplir suas obrigações tributárias, tanto em relação às obrigações mensais (GIA no caso do ICMS), como em relação às parcelas do Termos de Acordo de Parcelamento.

Com a reativação desses parcelamentos da Lei nº 17.082, de 2012, após o pagamento das parcelas vencidas desde a sua rescisão e a regularização das obrigações pendentes, confere-se ao contribuinte nova oportunidade para continuar usufruindo os benefícios previstos na referida Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.373.552-6

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

⏮ voltar ⏭

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 17082 - 09 de Fevereiro de 2012

Alterado Compilado Original



Publicado no Diário Oficial nº. 8649 de 9 de Fevereiro de 2012

Súmula: Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

I - DOS ACORDOS DIRETO

Art. 1º. Nos termos do art. 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

Art. 2º. Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por representantes da Procuradoria do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

§ 1º. Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 3º. ...Vetado...

Art. 3º. Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração contendo os poderes da cláusula ad judicium, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

§ 1º. Os créditos de litisconsortes, de substitutos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do art. 22, §4º, da Lei 8.906/94.

§ 2º. É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

Art. 4º. O cessionário, se o ato convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor originário do precatório poderão participar da conciliação.

§ 1º. Os interessados relacionados no caput deverão atender aos requisitos previstos nesta Lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§ 2º. Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do de cujus serão admitidos à conciliação mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§ 3º. Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha tanto judicial como a extrajudicial (escritura pública), prevista no art. 982, do Código de Processo Civil.

Art. 5º. O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do art. 3º, § 2º, desta Lei.

§ 1º. Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme art. 4º, caput e § 3º desta Lei, devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no caput deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor originário até o último cedente, nos termos desta Lei.

§ 2º. Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação ao juízo de execução.

Art. 6º. A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo, que tem a competência para estipular seus critérios e condições.

Art. 7º. Todos os atos convocatórios poderão ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação.

I - estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

II - delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação.

Parágrafo único. As delimitações de que tratam os incisos I e II do caput somente se farão por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

Art. 8º. As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 6º, desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

I - pagamento com deságio em percentual fixo;

II - pagamento de acordo com oferta de deságio maior;

III - modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

~~**Parágrafo único.** Na modalidade prevista no inciso II, do caput, haverá pré-fixação de deságio mínimo.~~

§ 1º. Na modalidade prevista no Inciso II, do caput, haverá pré-fixação de deságio mínimo.
(Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 2º. As regras deste artigo não se aplicam à primeira rodada de conciliação.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

Art. 9º. Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme art. 7º, I, desta Lei ou de filtragem, nos termos do art. 7º, II, desta Lei.

Parágrafo único. Se o crédito alimentar passar a gozar da preferência especial concedida pelo art. 100, § 2º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta Lei e pelo ato convocatório, sendo utilizado, para efeito de cálculo dos precatórios, os parâmetros de correção e juros de mora fixados em sentença ou Lei, combinados com a Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal e com o § 12, do art. 100, da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

§ 1º. A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial, a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

~~**§ 2º.** Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.~~
(Revogado pela Lei 17771 de 26/11/2013)***

Art. 10-A. Caberá à Câmara de Conciliação de Precatórios emitir parecer conclusivo sobre o requerimento, em que, fundamentadamente, opinará sobre a aceitação ou não do crédito oferecido no caso de aceitação, indicará o percentual do crédito do credor originário a ser quitado.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)



§ 1º. Com o parecer conclusivo, o requerimento será encaminhado ao Procurador-Geral do Estado para deferimento, total ou parcial, ou indeferimento.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 2º. Será dada ciência ao interessado da decisão e do parecer conclusivo em que ela se apoia.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 3º. Caberá ao Tribunal de Justiça atualizar o valor do precatório objeto de conciliação.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

~~**Art. 11.** Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento, na forma do § 2º, do art. 2º, e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para a celebração do termo de acordo. Será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.~~

Art. 11. Instruído o feito com cálculos do valor atualizado do crédito, do valor para o acordo (art. 8º) e do montante dos tributos a serem retidos, será lavrado termo de acordo, a ser assinado pelo Procurador-Geral do Estado e pelo advogado do interessado, e homologado pelo Tribunal de Justiça, ao qual competirá efetuar o pagamento.
(Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 1º. O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no art. 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º. Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários fixados em sentença, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

§ 3º. A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 12. ...Vetado...

Parágrafo único. ...Vetado...

Art. 13. Não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial, exceto se a conciliação tiver como finalidade o pagamento dos débitos e créditos tributários, conforme previsto nos parcelamentos dos arts. 18 e 19 desta Lei e desde que a constrição judicial tenha sido deferida em favor do Estado do Paraná.

II - DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES

Art. 14. A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá a objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I - admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

II - admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 09 de dezembro de 2010, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

III - terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos protocolados na presente rodada, observado o disposto no art. 7º, I, retro e desde que atendam as exigências contidas nesta Lei.

IV - terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no art. 19, desta Lei, após as retenções previdenciárias e tributárias

previstas em sentença;

~~V- admitirá habilitação a transferência de direito de credores originários ou cessionários de precatórios alimentares não pagos e inscritos até o orçamento de 2010.** (Suspensa a eficácia do inciso por força de liminar deferida na data de 06 de março de 2013 em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 916.377-1, em trâmite no Órgão Especial do e. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná) (Declarado Inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 916.377-1) (Revogado pela Lei 17771 de 26/11/2013)***~~

§ 1º. A data limite para cessão de crédito prevista no Inciso II do caput deste artigo não se aplica a cessões de precatórios alimentares inscritos a partir do orçamento de 2001.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 2º. No caso de recusa de crédito no parecer preliminar de que trata o § 3º do art. 16, o interessado poderá, por pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba, requerer a substituição por crédito de precatório alimentar, nos termos do § 1º deste artigo, ou por crédito de precatório comum, nos termos do inciso II do caput deste artigo, este desde que oriundo do mesmo cedente originário do precatório que se pretende substituir, observadas ainda as seguintes regras:
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

I - o pedido de substituição deverá ser formulado no prazo previsto no § 3º do art. 16, que não será prorrogável;
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

II - o crédito oferecido em substituição somente será aceito se preenchidos todos os requisitos legais e regulamentares, inclusive a exigência de certeza, liquidez e titularidade, não se aplicando à apreciação do pedido de substituição o disposto nos §§ 3º e 3º-A do art. 16;
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

III - não se admitirá oferecimento de novo crédito se o oferecido em substituição não for aceito, no todo ou em parte.
(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

~~**Art. 15.** Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio de 20% (vinte por cento) do montante do crédito oferecido, atendidas as exclusões previstas no caput, do art. 5º, desta Lei.~~

Art. 15. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, arrolando os créditos de precatórios a serem utilizados para quitação total ou parcial da parcela postergada de que trata o art. 19 desta Lei.
(Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 1º. Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto da conciliação, do mais antigo para o mais novo, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.

§ 2º. Se o pedido envolver mais de um precatório será considerado, para aferição do critério de prioridade na apreciação, aquele de maior valor.

§ 3º. Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir maior dívida tributária.

§ 4º. Os requerimentos referidos, porém ainda sem recursos efetivamente depositados, aguardarão a disponibilidade destes para a devida amortização, ficando os débitos fiscais, objeto do pedido, com a exigibilidade suspensa desde a data do requerimento previsto no art. 16, § 1º, desta Lei, nos moldes do art. 151, do Código Tributário Nacional.*

Art. 16. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o Interessado, por meio de advogado, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

I - de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II - de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III - de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;



IV - original ou cópia autenticada da certidão expedida pelo Tribunal de Justiça ou em não sendo o credor originário da certidão de escritura pública de cessão, desde o credor original até o último cessionário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito;

V - de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do art. 19, desta Lei;

VI - de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do art. 4º, §§ 2º e 3º, desta Lei;

VII - ...Vetado...

§ 1º. Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no art. 21, desta Lei.

~~**§ 2º.** A Câmara de Conciliação de Precatórios atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação com base na data do requerimento previsto no caput deste artigo e na documentação constante deste, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5º e 10, §§ 1º a 3º, desta Lei.*~~

§ 2º. A Câmara de Conciliação de Precatórios encaminhará pedido de atualização do precatório ao Tribunal de Justiça, que poderá remeter os cálculos em via digital, cabendo à Câmara de Conciliação de Precatórios calcular o percentual do crédito objeto de conciliação e o valor dos tributos devidos a título de retenção legal, quando for o caso, e readequar o valor conciliado para o mês em que o acordo for firmado.

(Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

~~**§ 3º.** Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias, saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo este será concedido mediante solicitação fundamentada, em 15 (quinze) dias.~~

§ 3º. Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para sanar a irregularidade, sob pena de indeferimento total ou parcial do requerimento de conciliação, no prazo de quinze dias, contados:

(Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

I - da confirmação de leitura por meio eletrônico, se a intimação for eletrônica;

(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

II - da data da ciência do recebimento do Aviso de Recebimento, quando a intimação for via correio;

(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

III - da data da assinatura da intimação pessoal.

(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 3º-A. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo, será concedido, mediante solicitação fundamentada, mais quinze dias, contados segundo as regras do parágrafo anterior.

(Incluído pela Lei 17771 de 26/11/2013)

~~**§ 4º.** Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos arts. 5º, §§ 1º e 2º, e art. 10, §§ 1º a 3º, desta Lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador Geral do Estado.~~

§ 4º. O interessado será intimado para comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e, querendo, firmar termo de acordo, podendo se fazer representar por seu advogado constituído no pedido de acordo. O direito do interessado ao acordo caducará em sessenta dias, contados da intimação prevista neste parágrafo, se ele não assinar o termo nesse prazo.

(Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 5º. O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela

~~Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei.~~



§ 5º. O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei. (Redação dada pela Lei 17771 de 26/11/2013)

§ 6º. ...Vetado...

§ 7º. No termo do acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções previstas em sentença, levante o valor depositado nos termos do art. 11 desta Lei e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

§ 8º. Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do contribuinte, será a este disponibilizado o saldo remanescente dos precatórios.

§ 9º. Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do Estado do Paraná, poderá o contribuinte parcelar o saldo nos termos do art. 18, desta Lei.

Art. 17. As condições do art. 14 e os documentos e procedimentos previstos nos arts. 15 e 16, todos desta Lei, servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta Lei.

III - POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

Art. 18. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão causa mortis e Doações - ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta Lei.

§ 1º. O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º. Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

§ 3º. O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Art. 19. Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão causa mortis e Doações - ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total para a última parcela, aplicando-se o disposto no art. 25, I, desta Lei, devendo ser o restante dividido em até 59 (cinquenta e nove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no arts. 23, 25 e as demais condições previstas no art. 18, desta Lei.

Parágrafo único. A postergação prevista neste artigo será mantida independente do resultado do acordo direto previsto nos arts. 14 e 15, desta Lei, podendo, alternativamente, a critério do contribuinte, migrar para o parcelamento previsto no art. 18, desta Lei.

Art. 20. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos arts. 18 e 19, desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS - GIA's, posteriores a 01 de novembro de 2011.

Art. 21. O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolizado na Agência da Receita Estadual - ARE, do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

§ 1º. A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica a rescisão imediata do parcelamento.

~~**§ 2º.** A falta de recolhimento de ICMS declarado através da GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica a rescisão imediata do mesmo.~~

§ 2º. A falta de recolhimento do ICMS declarado por meio da GIA/ICMS mensal, desde que não regularizada no prazo de sessenta dias, no período de vigência do parcelamento, implica sua rescisão imediata.

(Redação dada pela Lei 17452 de 27/12/2012)

§ 3º. A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 4º. Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 1% (um por cento) do valor total do débito tributário consolidado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.*

§ 5º. Para adesão ao parcelamento previsto nos arts. 18 e 19, em face da postergação contida no art. 19, ambos desta Lei, não serão aceitos os créditos oriundos de precatórios como garantia dos créditos tributários, devendo o contribuinte proceder à substituição das garantias nas execuções fiscais.

Art. 22. Os créditos tributários parcelados nos termos desta Lei, e os honorários advocatícios decorrentes independem da apresentação de garantias, mesmo no caso de débitos já ajuizados. Porém, ficam mantidas as garantias de imóveis e de precatórios já com termo de penhora formalizado, ressalvadas as liberações previstas no art. 23, § 2º desta Lei e estarão sujeitos:*

I - a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II - a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo disposto na alínea anterior.

Art. 23. O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvado o disposto no § 4º, do art. 21 desta Lei, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

§ 1º. Caso o disposto no caput do presente artigo alcance pessoas físicas, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º. Após o pagamento da primeira parcela do parcelamento previsto no art. 18 e 19, desta Lei, serão de imediato liberados todos os alertas judiciais (art. 615-A, do CPC), todas as penhoras, bloqueios ou depósitos judiciais: faturamento, valores monetários (BACENJUD), recebíveis, duplicatas ou cartões de crédito, estoques e veículos quando substituídos por garantias em imóveis equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores liberados.

Art. 24. ...Vetado...

Art. 25. O contribuinte que efetivar a quitação do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios:

I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e de oitenta por cento dos juros de mora;

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punitivas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora;

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a", do inciso XIII, na alínea "h", do inciso XV e nas alíneas "b" e "c", do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 26. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.



§ 1º. Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, ficam preservadas as parcelas mensais e sucessivas determinadas em função do percentual calculado sobre a receita bruta mensal, nos termos do seu art. 3º.

§ 2º. Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, não se aplica o critério temporal de números de parcelas, prevalecendo, a qualquer tempo, exclusivamente, o critério contido no seu art. 3º.

§ 3º. O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nos §§ 1º e 2º, deste artigo.

Art. 27. O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

Art. 28. ...Vetado...

Art. 29. ...Vetado...

Parágrafo único. ...Vetado...

○ IV - DA REMISSÃO

Art. 30. Ficam cancelados os créditos tributários relativos ao ICMS, cuja soma, por devedor, atualizada até 31 de dezembro de 2010, seja igual ou inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais)

§ 1º. A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010

§ 2º. Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 3º. O disposto neste artigo:

I - não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos;

II - não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS

○ **Art. 31.** A Lei Estadual nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I - 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS;

II - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;"

"Art.1º-A Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR:"

"Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a remitir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR."

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. ...Vetado...

Art. 33. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.470/2004.

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de Decreto.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Carlos Jorge Haully
Secretário de Estado da Fazenda

Julio Cesar Zem Cardozo
Procurador Geral do Estado

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil



*AJB/Prot. 11.258.343-2 Foram promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e publicados no Diário Oficial nº 8674 de 19/03/2012 os seguintes dispositivos: inciso V do art. 14, § 4º do art. 15, § 2º do art. 16, § 4º do art. 21, e art. 22.

**Suspensa a eficácia do inciso V do artigo 14, da Lei Estadual nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, por força de medida liminar deferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 916.377-1, em trâmite perante o e. Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, proposta pelo Procurador Geral do Estado.

*** Revogados o § 2º do art. 10º e o inciso V do art. 14 da Lei Estadual nº 17.082/2012 por força da Lei nº 17.771, de 26 de novembro de 2013.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 427/2014

Projeto de Lei nº 427/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 93/2014

Súmula: Autorização para a reativação dos termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei n. 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, nas condições que especifica.

EMENTA: AUTORIZAÇÃO PARA A REATIVAÇÃO DOS TERMOS DE ACORDO DE PARCELAMENTO CELEBRADOS COM BASE NA LEI N. 17.082, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 24, 61 E 150 DA CF. ARTS. 13, 65, 66 E 87 DA CE. ART. 26 DA LEI ESTADUAL Nº 8.485/87. ARTS. 1º E 2º DECRETO ESTADUAL Nº 2.838/97. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 93/2014, dispõe sobre a Autorização para a reativação dos termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei n. 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, nas condições que especifica.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Ademais, importante ressaltar os seguintes dispositivos da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

Além disso, a Lei Estadual nº 8.485 de 03 de junho de 1987, dispõe sobre as competências da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** mais especificamente em seu artigo nº 26 que assim determina:

Art. 26. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Fazenda compreende: a análise e a avaliação permanente da economia do Estado; a formulação e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

pública; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e o controle de custos na administração direta; a análise da viabilidade de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e de capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.

Nesta esteira, o campo de atuação e competência da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no dia 15 de janeiro de 1997, foi aprovado Regulamento dessa Secretaria vide Decreto n.º 2.838:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)

XIII - defesa dos capitais do Estado.

Assim, é preciso observar que a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, resta claro que como o chefe do Poder Executivo detém competência para criar as Leis em comento, também possui a prerrogativa de alterá-las.

Importante informar que o presente Projeto de Lei não importa em acréscimo de despesa, eis que visa tão somente viabilizar o recebimento de parcelas referentes aos contribuintes que estão inadimplentes, portanto, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

Relator

APROVADO

28/10/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 427/2014

RELATÓRIO

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 093/2014, objetiva autorizar a reativação dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados com base na Lei nº 17.082, de 09 de fevereiro de 2012, nas condições que especifica.

Considerando as dificuldades enfrentadas pelos contribuintes paranaenses, decorrentes da desaceleração econômica observada desde os meados de 2013, acentuada nos últimos meses, e a necessidade de ofertar aos contribuintes paranaenses condições para que possam concorrer adequadamente no mercado, a proposta pretende autorizar a reativação dos parcelamentos concedidos com base na Lei nº 17.082, de 2012, que oportunizou ao contribuinte do ICMS, do IPVA e do ITCMD, a regularização de créditos tributários pendentes.

A reativação desses parcelamentos e a regularização das obrigações pendentes confere ao contribuinte nova oportunidade para continuar usufruindo os benefícios previstos na referida Lei.

FUNDAMENTAÇÃO

Analisando a proposição sob a mira desta Comissão de Finanças, em cumprimento às obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão de Finanças manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 427/2014.

É o Parecer.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 29/10/14

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUDION
RELATOR

Ass. Dep. Prof. Lema

Dep. Lúcio

Ass. Dep. Rocio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 435/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 27 OUT 2014

1º Secretário

Inserção da Festa de Nossa Senhora do Rocio no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, realizada anualmente em 15 de novembro, no Município de Paranaguá.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa de Nossa Senhora do Rocio, realizada anualmente em 15 de novembro, no Município de Paranaguá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2014.

VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Para compreender a importância festiva de Nossa Senhora do Rocio, necessário se faz um breve relato histórico dos acontecimentos que a tornaram a padroeira do Estado do Paraná e sua relevância para o Município de Paranaguá e para todo o Estado.

Foi com a descoberta do ouro de lavagem que se iniciou na região que hoje é Paranaguá, o povoado que foi elevado à categoria de vila em 1648.

Naquela ocasião vivia na baía de Paranaguá, um humilde pescador que, ao lançar as redes para delas tirar o seu sustento, encontrou no meio das vegetações aquáticas a bela imagem da Virgem Maria. O pescador então leva a pequena imagem para sua cabana e lá instituiu terços em sua honra.

O sítio onde morava era conhecido por Rocio, pois todas as manhãs a terra e as vegetações amanheciam cobertas de orvalho (rocio). Assim a virgem encontrada, passou a ser chamada de Nossa Senhora do Rocio.

A devoção à Nossa Senhora do Rocio tem raízes profundas no coração dos paranaenses, pois data dos meados do século XVII, quando já em 1686 os habitantes da então Vila de Paranaguá haviam recorrido aos favores da Virgem do Rocio para que os livrasse da terrível peste que assolava o litoral nessa época. Têm-se notícias que os devotos de Paranaguá receberam este favor, e a peste foi varrida do litoral.

Muitos outros fatos e graças atestam a autenticidade dessa devoção. Diante disto, Nossa Senhora do Rocio tornou-se uma referência religiosa para todo o Estado do Paraná.

A primeira igreja foi edificada em 1813 e o atual santuário foi construído em 1920, em frente à baía de Paranaguá e próximo à praia onde a imagem foi encontrada pelo pescador.

Tendo em vista os incontáveis milagres e graças alcançadas pela mediação da Virgem do Rocio, o então Papa Paulo VI, em 1977, declarou para a eternidade, Nossa Senhora do Rocio, Padroeira do Paraná.

Ao longo do tempo às adorações ocorreram em fases distintas, porém, a partir de um determinado momento foi escolhida a data de 15 de novembro para cultuar a Santa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Então, todo dia 15 de novembro é celebrado em honra à Virgem do Rocio, padroeira do Estado do Paraná, festividades que acontecem no Município de Paranaguá, mais especificamente na Igreja do Rocio e para lá acorrem romeiros e devotos de todo o Estado e de todo Brasil.

As festividades começam no dia 6 de novembro e encerram-se no dia 15. Atualmente a festa é composta por duas partes: a religiosa, com novenas, procissão e missa campal; e a popular com eventos gastronômicos, show artístico e pirotécnico e feiras de artesanato.

Tendo em vista a importância do evento, o Governador Jaime Lerner, em 21 de dezembro de 1999 sancionou a Lei nº 12.814, decretada por esta Casa de Leis, instituindo o Município de Paranaguá como Polo Turístico Religioso – Santuário Estadual do Rocio.

Diante da relevância desta data, solicito a aprovação deste Projeto de Lei que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa da Nossa Senhora do Rocio, realizada anualmente em 15 de novembro, no Município de Paranaguá. Rogo apoio de meus Ilustres pares para aprovar o presente, por ser do mais justo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 435/2014

Projeto de Lei nº. 435/2014

Autor: Deputado Valdir Rossoni

Súmula: Inserção da Festa de Nossa Senhora do Roccio no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, realizada anualmente em 15 de novembro, no Município de Paranaguá.

EMENTA: INSERÇÃO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROCCIO, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA ANUALMENTE EM 15 DE NOVEMBRO, NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por finalidade inserir "Festa de Nossa Senhora do Roccio" no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, realizada anualmente em 15 de novembro, no Município de Paranaguá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei por estarem presentes todos os requisitos legais, constitucionais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR Fernando Scanavacca


Dep. Perillo

Dep. Carlos


Dep. Turiani


Dep. Tanaka


Dep. Henrique

Dep. Antonio

APROVADO
APROVADO

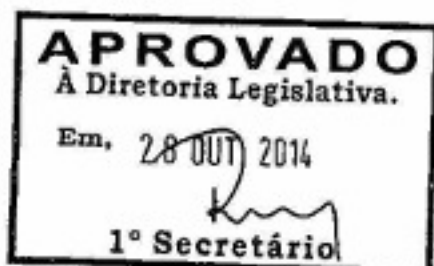
28/10/14
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

REQUERIMENTO




Regime de Urgência para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 435/2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do **Projeto de Lei nº. 435/2014**, que insere a festa de Nossa Senhora do Rocio no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, realizada anualmente em 15 de novembro, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2014.


Deputado Valdir Rossoni
Presidente

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 28/10/14

IMP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ 28-OUT-2014 14:46 005133 1/1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 17/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 27 OUT. 2014

1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de julho de 2014.

ART. 1º.- Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de julho de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 21 de outubro de 2014.

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ALEXANDRE KHURY
Relator



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA - 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 052/2014-CTC

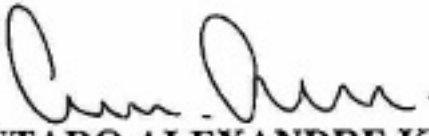
Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 052/2014-CTC, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de julho de 2014, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinados os documentos entregues, conclue este Relator, que as despesas constantes da Proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, merecendo Parecer Favorável, transformando essa Proposição em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 21 de outubro de 2014


DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ALEXANDRE KHURY
Relator


Dep. Quinteiro


Dep. Leiferson


Dep. Alexandre


Dep. Rios


Dep. Pires